

Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923

INTRODUÇÃO

A Fábrica de Louça Fina do Cojo, situada junto do canal do mesmo nome, na cidade de Aveiro, terá sido fundada, segundo Inês Amorim, em 1774¹. No entanto, esta autora afirma que «é bem provável que se tratasse da evolução e aperfeiçoamento de uma mais antiga».

Em meados da década de 1840, dela dizia o governador civil: «Há nesta cidade uma única fábrica de louça muito ordinária, a qual posto que tenha o consumo suficiente para se conservar no seu pé actual, não pode contudo prosperar, por haver muito melhor louça na Fábrica da Vista Alegre, muito próxima desta Cidade, e mesmo porque a que naquela se fabrica é inferior em qualidade à das Fábricas do Porto de que muito se consome neste Distrito².»

No início da década de 1880, a centenária Fábrica do Cojo era uma unidade de muito escasso significado económico. Em 1881 é considerada «um estabelecimento de pouca importância», empregando apenas quatro trabalhadores, que garantiam uma produção «de seguro consumo entre as classes pobres»³. Em 1884, Joaquim de Vasconcelos não lhe faz menção alguma, certamente pelas características da sua produção⁴, e a mesma atitude teria, um lustro depois, o *Inquérito Industrial de 1890*⁵.

* Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração — Aveiro.

¹ Amorim (1995).

² Braga, (1995, p. 197).

³ *Inquérito Industrial de 1881* (1881, p. 277).

⁴ Vasconcelos (1884, p. 12).

⁵ *Inquérito Industrial de 1890* (1891, pp. 5-6).

O pintor e santeiro Pedro Marques «Serrano», seu arrendatário desde 1861⁶, morre em 1890. A viúva, Ana Joaquina dos Santos Marques, que entretanto obtivera alvará para «continuar a produção de louça ordinária»⁷, assegura a manutenção da fábrica até à sua morte, em 1907⁸. Terminava, assim, a Fábrica de Louça do Cojo. Dois anos antes, Fortunato A. Freire Temudo testemunha o seu estado «muito decadente», empregando seis trabalhadores, com remunerações idênticas às auferidas em 1881⁹.

Eis, muito sumariamente, as razões que me levaram a excluir deste estudo essa velha unidade cerâmica de características oficinais que, a par da produção de louça, parece ter dado continuidade à conhecida actividade dos presepistas e santeiros aveirenses de Setecentos. Pedro Marques «Serrano» assinou, desde a década de 1850, inúmeras imagens religiosas de pequena e média dimensão, em barro vermelho pintado, hoje dispersas por museus, capelas e colecções particulares¹⁰.

Por outro lado, a fundação da Fábrica de Louça da Fonte Nova constitui um salto qualitativo de grande importância em vários domínios. Nos primeiros doze anos de existência granjeou uma grande popularidade e o respeito dos *connaisseurs* de cerâmica artística do país, tendo sido premiada nos três certames em que participou: na Exposição de Cerâmica Portuguesa (1882), com um *diploma de mérito*; na Exposição Industrial Portuguesa (1888), com uma *menção honrosa*; na Exposição Universal de Anvers (1894), com uma *medalha de prata*.

Bem mais decisivo ainda é o facto de ter sido a escola de uma plêiade de pintores e modeladores disputados até pela Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre. Alguns deles iriam envolver-se, anos depois, na fundação de algumas das restantes fábricas de louça e azulejo da região, ou integrando os seus quadros de trabalhadores especializados. De facto, João Aleluia, Manuel Pedro da Conceição, Francisco Luís Pereira, Licínio Pinto, José Ferreira de Barros, Duarte Magalhães, Joaquim José de Magalhães, Joaquim Simões Chuva, Ângelo Chuva ou Venerando de Matos foram pintores e modeladores da Fábrica de Louça da Fonte Nova, fundaram novas empresas e foram

⁶ ADAVR, Aveiro, not. Ribeiro, liv. 978-71, fls. 53 v.º-55.

⁷ Foi-lhe passado alvará, primeiro, em 21 de Junho de 1893 (cf. ADAVR, *Livro de alvarás, 1890-1940*) e, depois, em 1 de Agosto de 1897 (cf. AHMA, *Registo de alvarás, diplomas, cartas e licenças*, 1897, liv. 159).

⁸ Em 1895, com um capital de 600\$000, tinha 7 trabalhadores: 2 oleiros, 2 forneiros, 1 pintor e 3 serventes (AHMA, liv. 720). Fecha em 1907 («Fábrica do Cojo», in CP, n.º 5643, 17 de Abril de 1907, p. 1).

⁹ Temudo (1905, p. 15).

¹⁰ Pedro Serrano assina diversas imagens religiosas dispersas por capelas (Borralha, Águeda), museus (museus de Aveiro e Palhaça) e várias colecções particulares (cf. Rodrigues, 1991, pp. 29-38).

disputados por outras fábricas. Explicam-se, assim, as razões da escolha de 1882 como data primeira do período considerado.

No outro extremo, é em 1923 que a sociedade por quotas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, fundada em 1896, é transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada, o que constitui uma mudança qualitativa de inegável e decisiva importância no panorama da actividade cerâmica da região. Acontecimento mais significativo ainda se nos lembrarmos que pouco tempo depois da edificação das monumentais instalações desta unidade de cerâmica de construção o seu capital social passa de 30 000\$00, em 1911, para 2 700 000\$00, em 1923. Note-se que o capital social do Banco Regional de Aveiro, criado em 1921, era de 4 000 000\$00¹¹. Nesse ano de 1923, o concelho de Aveiro contava já com nove fábricas deste sector, quatro de cerâmica de construção e cinco de louça utilitária, decorativa e azulejos.

Por fim, importa referir que, tendo dado importância às formas de direcção das empresas, centrei a minha atenção sobre os industriais, o que explicará o recurso a fontes e métodos próprios da micro-história, da biografia e da prosopografia. Afinal, os padrões e as suas organizações têm sido a «face oculta» da maior parte dos estudos sobre a indústria, a economia e a sociedade contemporâneas.

Qual a origem social desses indivíduos? Que formação tiveram? O que é que os fez empresários? Quais as suas motivações? Com que capitais iniciaram os negócios? Quais as origens do crédito? Como administravam as suas empresas? Qual a sua formação? Qual o seu peso social e político? Da tentativa de encontrar respostas para estas questões e outras afins — que atravessam transversalmente vários domínios historiográficos¹² — nasceu o presente estudo. A escassez de fontes impede, menos nuns casos do que noutros, por agora, a reflexão sobre temas como a infância, a ética, a personalidade, a filantropia e a liderança dos industriais referidos¹³.

Os inquéritos e outras fontes mais conhecidas — pela especificidade dos contextos sócio-políticos que os determinaram — são as mais das vezes omissos no que respeita aos proprietários das fábricas, das de cerâmica como das outras. Assim, ignoraram aspectos como os processos de formação e natureza das sociedades, origem dos capitais, a administração das fábricas, comercialização dos produtos, etc. Houve, pois, que recorrer a outro tipo de fontes.

¹¹ ADAVR, not. Leal, liv. 1688-23, fls. 78-83 v.º, e liv. 1675-10, fls. 1-6.

¹² Cabrera e del Rey (1994, pp. 51-74).

¹³ Sobre a importância dos estudos biográficos dos empresários, v. Jennings, Cox e Cooper (1994).

As escrituras de constituição e dissolução das sociedades e outros documentos de natureza idêntica (arrendamentos, empréstimos, testamentos, compromissos, registos prediais, processos de falência, etc.) esboçam a estrutura organizativa dessas unidades, deixam entrever a natureza das dificuldades sentidas e permitem conhecer o património dos intervenientes nos diversos actos e contratos.

As referências à actividade das fábricas na imprensa local aveirense — monárquica ou republicana — são, as mais das vezes, avulsas e sucintas. Nelas, poucas vezes se vislumbra a fábrica intramuros, a fábrica em qualquer dos seus domínios, o social, o financeiro ou o tecnológico. Mesmo assim, e apesar do pouco rigor das informações, os jornais fornecem elementos preciosos para a cronologia das mais diversas empresas. Noutros contextos, periódicos e almanaques contêm preciosos testemunhos sobre a consideração social dos empresários, seus alinhamentos políticos, círculos sociabilitários que integram, envolvimento político, participação e protagonismo nas associações comerciais e industriais ou outras quaisquer, formação, educação dos filhos, etc. A imprensa periódica local foi, pois, de forma diversa, decisiva para a realização deste trabalho.

Foram também utilizadas outras fontes, como a documentação de algumas das empresas referidas, os arquivos do Governo Civil, da Câmara Municipal, das escolas do ensino liceal e industrial, e, em alguns casos, testemunhos orais e a memória familiar forneceram dados decisivos.

1. CERÂMICA DOMÉSTICA E AZULEJOS

1.1. A FÁBRICA DE LOUÇA DA FONTE NOVA, 1882-1937¹⁴

Embora não se conheça a escritura fundadora, sabe-se que esta empresa foi criada em 1882¹⁵. Em 15 de Agosto desse ano, as suas instalações foram franqueadas ao público para apresentação da louça da primeira fornada. «Em Setembro de 1882 estava em plena laboração, a ponto de em Outubro desse ano já se poder apresentar brilhantemente na exposição de cerâmica realizada no Palácio de Cristal do Porto¹⁶.»

¹⁴ Sobre outros aspectos relacionados com esta fábrica, v. Rodrigues (1990, pp. 167-174 e 177-184).

¹⁵ No final de Dezembro de 1881 os sócios fundadores arrendam, em nome pessoal, uma propriedade para a extracção de barro (ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 701-62, fls. 1-3). Assim, parece-me plausível pensar que a empresa só terá tido existência legal (se teve) a partir de 1882. Recordo que o papel timbrado da correspondência da empresa no processo de falência refere 1882 como data da fundação.

¹⁶ «Luiz da Silva Mello Guimarães», in *CP*, n.º 16, 12 de Abril de 1902 p. 1.

Ao longo de uma atribulada existência de meio século, esta fábrica conheceu quatro períodos. Vejamos.

Norberto Ferreira Vidal (1843-1886) e Luís da Silva Melo Guimarães (1853-1909) foram fundadores da Fábrica de Louça da Fonte Nova. Desde a década de 1870 que Norberto Ferreira Vidal é indicado como negociante de tecidos, sócio da moagem a vapor. Não se conhecem as motivações do seu envolvimento na fundação de «uma fábrica de sabão [*sic*] e louça»¹⁷. Parece que no início da década de 1880 a sua situação financeira não era desafogada; a dissolução de uma sociedade para a exploração de um depósito de tabaco deixou-lhe pesados encargos¹⁸. Ligado pelo casamento a uma família prestigiada — casou com uma sobrinha do presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Sebastião de Carvalho Lima (1821-1896)¹⁹ —, Norberto Ferreira Vidal é (apesar disso) poucas vezes referido na imprensa local. Da sua intervenção cívica sabe-se que foi um dos fundadores do Grémio Aveirense, em 1884.

Quatro anos depois, devido à doença que o vitimaria, Norberto Ferreira Vidal cede a sua quota a João Gonçalves Gamelas, um proprietário aveirense, por 2000\$000 réis. Esta morte, em 1886, provocaria o abandono do outro sócio fundador, que «vendeu a sua parte e foi para a ilha Terceira exercer as funções de recebedor, para que fora nomeado, em Angra do Heroísmo»²⁰.

É nestas circunstâncias que o negociante Carlos da Silva Melo Guimarães (1850-1937) vai tornar-se o único proprietário da fábrica ao adquirir as quotas de Norberto F. Vidal e do seu irmão Luís. Carlos da Silva Melo, então com 36 anos de idade, foi o grande impulsionador desta fábrica de louça e, segundo uma carta sua, publicada por Marques Gomes, terá sido, de certo modo, um dos seus fundadores: «[...] quem levou o meu irmão Luís a fundar a fábrica com o santo do Norberto, fui eu, pois desde muito novo que tive essa inclinação. *Antes de meu irmão Luís, estive eu com o falecido Francisco Regala* [um oficial do exército] *para a fundar*, mas como ele não quis continuar com os seus estudos, então foi ele que se deitou à indústria de cerâmica, *indo eu sempre ao leme, não só na construção da fábrica como também com o meu dinheiro quando lhe faltava*»²¹.

¹⁷ OPA, n.º 4, 19 de Fevereiro de 1882 p. 3.

¹⁸ ADAVR, Aveiro, not. Nogueira, liv. 455-31, 9 de Julho de 1876, fls. 12 v.º-13. Um pouco antes da primeira fornada da fábrica de louça, essa sociedade é dissolvida, por ter expirado o seu tempo de duração. N. F. Vidal assume-se devedor do saldo de 3300\$000 réis, em mensalidades de 50\$000 réis, ficando como fiador um tio de sua mulher, o presidente da Câmara, Sebastião de Carvalho Lima.

¹⁹ ACRCA, Vera Cruz, *Óbitos*, registo n.º 16.

²⁰ «Luiz da Silva Mello Guimarães», in CP, n.º 16, 12 de Abril de 1902 p. 1.

²¹ Gomes (17 de Junho de 1922, p. 2).

Um testemunho póstumo mostra alguns aspectos da sua actividade profissional e a consideração em que era tido: «Era o sr. Carlos da Silva Melo duma actividade pouco vulgar, e nas horas livres das suas ocupações era um perfeito *gentleman*, com muitas relações na sociedade, que chegaram a estender-se a diferentes pontos do País e até ao estrangeiro. Com a Inglaterra, por exemplo, e devido ao comércio da laranja, de que fora um dos exportadores desta cidade, esteve em contacto durante bastantes anos, vindo aqui algumas vezes visitá-lo os representantes das firmas que o haviam escolhido para correspondente²².»

Além da exportação de laranja, Carlos da Silva Melo era proprietário de uma «fábrica» de velas de cera, de um estabelecimento de comércio de cereais e de um depósito de máquinas de costura *Memória*. Mais tarde envolver-se-ia no negócio do tabaco como representante da Sociedade Portuense dos Agentes de Vendas da Companhia de Tabacos de Portugal.

Bem conhecido no meio pelas suas actividades profissionais, pela sua intervenção cívica, como pela origem e ligações familiares, Carlos da Silva Melo Guimarães é uma figura pública. Até 1908 ocupa um significativo número de cargos directivos em agremiações locais (Teatro Aveirense, Grémio Aveirense). Integra várias direcções da Associação Comercial e Industrial e do Sindicato Agrícola do Distrito de Aveiro. Entre os cargos em organismos do Estado refira-se a sua eleição como vereador substituto em 1881 e no biénio de 1883-1885, bem como o de vice-presidente da Comissão Administrativa Municipal no ano de 1908. Foi também membro da Comissão de Recenseamento Eleitoral por mais de uma vez. Mais saliente foi a sua acção, de parceria com Duarte Ferreira Pinto Basto, para a criação da Escola de Desenho Industrial em Aveiro (1893) ou o seu empenho na instituição de uma escola primária na freguesia da Vera Cruz em 1882²³. Em 1902 é nomeado agente consular da Bélgica em Aveiro²⁴.

Seu pai ligara-se pelo casamento a uma família de liberais da cidade muito conhecida e respeitada. Seu tio Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, que fora juiz de fora de Vila da Feira, foi um dos justicados no Porto em 1828²⁵. Ele próprio casou com D. Constança de Barros e Melo, filha do capitão do porto de Aveiro. Desse matrimónio houve apenas um filho, que se formou em Medicina²⁶.

²² «Necrologia», in *OD*, n.º 1483, 17 de Julho de 1937, p. 3. Sobre a exportação da laranja, v. *CP*, n.º 4948, 27 de Janeiro de 1900, p. 3.

²³ Cf. Rodrigues (1990, pp. 25-48). Para os outros cargos, v. o *Anuario da Cidade de Aveiro*, 1891; os *Estatutos da Nova Sociedade d'Instrucção e Recreio. Grémio Aveirense*, Aveiro, 1884; *Sindicato Agrícola do Districto de Aveiro*, Aveiro, 1903.

²⁴ *CP*, n.º 97, 29 de Janeiro de 1902, p. 1.

²⁵ Gomes (1909, pp. 5-6).

²⁶ O Dr. Abel de Barros e Melo, médico em Valadares («Necrologia», in *OD*, n.º 1483, 17 de Julho de 1937, p. 3). Havia outros membros da família formados em Direito e Medicina (*CV*, 17 de Julho de 1937, p. 4).

Entre os seus irmãos avulta, pelo favor na imprensa coeva, Manuel de Melo. Ainda muito novo, abandonou o país para se dedicar ao comércio no Rio de Janeiro. Tornou-se um apaixonado pela arte de Tália, escrevendo e fazendo amigos entre escritores, como Machado de Assis ou Camilo de Castelo Branco, que o refere em *A Boémia do Espírito*. Viajou pela Europa, vindo a morrer em Milão, onde foi cônsul²⁷.

Mas não foi o único a emigrar. No Brasil e em França viviam outros irmãos. Dos que não emigraram há notícia de uma irmã que foi viscondessa do Barreiro e, em Aveiro, de pelo menos mais quatro. João de Melo Guimarães (1836-1901), visconde em 1888²⁸, nomeado vice-cônsul de Espanha e Bélgica no distrito de Aveiro²⁹, foi proprietário de uma livraria, dos quatro depósitos de tabacos, de quatro agências bancárias, das agências das seguradoras La Union e Fénix³⁰, e ocupou cargos como o de provedor da Misericórdia de Aveiro — a quem se deve o novo hospital — e director do Clube Aveirense. David Melo Guimarães era proprietário de uma mercearia e de uma livraria e ocupou cargos públicos diversos, como o de vogal efectivo da Comissão Distrital de Auditoria³¹. António Carlos Melo Guimarães foi conservador do Registo Predial da Comarca de Aveiro e membro da direcção da Caixa Económica.

Por fim, algumas palavras sobre o mais novo dos 16 irmãos e fundador da fábrica, Luís Melo Guimarães. Frequentou a Escola Politécnica do Porto e a Escola Médica de Lisboa. Foi breve a sua frequência nesta instituição, pois abandonaria os estudos «por motivo de doença e pelo desejo de ser industrial»³². Foi no Porto que tomou contacto com a indústria cerâmica. É certamente por isso que a mão-de-obra especializada com que a fábrica conta a partir da sua fundação veio dessa cidade³³. Por decreto de 12 de Julho de 1886, Luís Melo Guimarães é «despachado recebedor da comarca de Angra de Heroísmo». Para a prestação da caução legal exigida para ocupar o referido lugar, a sua família endividou-se em 4500\$000 réis³⁴. Três anos depois seria transferido para a comarca de Penacova, onde terminou os seus dias³⁵.

²⁷ OPA, n.º 107, 10 de Fevereiro de 1884, p. 1.

²⁸ CP, n.º 5240, 5 de Maio de 1903, p. 1.

²⁹ AHMA, liv. 44, 4 de Março de 1878, fls. inums.; CP, n.º 97, 29 de Janeiro de 1902, p. 1.

³⁰ *Anuario da Cidade de Aveiro*, 1891, pp. 16, 17, 21 e 24.

³¹ *Almanak Aveirense*, 1898, p. 21.

³² Gomes (17 de Junho de 1922).

³³ Foi possível encontrar registo do casamento do pintor José Rodrigues Alves, natural de Cedofeita, filho de José Rodrigues de Massarelos (ACRCA, Vera Cruz, *Casamentos*, 1907, registo n.º 13).

³⁴ ADAVR, Aveiro, not. Duarte e Silva, liv. 1034-127, 1 de Outubro de 1886, fls. 32-35 v.º

³⁵ Id., *ibid.*, liv. 1042-135, 14 de Novembro de 1884, fls. 18 v.º-19.

Voltemos a Carlos Melo Guimarães. Politicamente, alinhava, como militante, com os regeneradores liberais, estando presente nas reuniões e acções mais importantes desse grupo. Assim, os seus melhores amigos são militantes e dirigentes do franquismo local, como Jaime de Magalhães Lima, Jaime Duarte Silva, Ricardo e Domingos Pereira Campos, ou o director do *Vitalidade*, Acácio Vieira da Rosa (1871-1955). Em 1884 participa, juntamente com Joaquim de Melo Freitas e seu irmão Luís, numa agressão ao republicano Manuel Homem de Carvalho Cristo³⁶. Em 1904 *O Povo de Aveiro* denuncia a atitude de Carlos Melo Guimarães, que «dispensou os seus operários do trabalho para à vontade poderem aclamar o ditador» João Franco, de visita a Aveiro³⁷.

Além das duas casas e alguns terrenos, apesar do prestígio do seu nome, como do da sua família, não parece que Carlos Melo Guimarães tivesse muito mais de seu. Em 1891 há registo de ter pedido uma quantia no valor de 2 000\$000 réis³⁸, quando o capital da empresa era de 3500\$000 réis³⁹. Ao longo do ano de 1892, a imprensa local e nacional dedica grande atenção aos produtos da fábrica, referindo que eram «conhecidos e apreciados não só em todo o país, como nas nossas províncias ultramarinas e Brasil, para onde exporta em larga escala»⁴⁰. Uma pequena casa que mandou edificar em 1895 na Rua de São Martinho permite pensar que não vivia desafogadamente⁴¹. Outro testemunho significativo — o conteúdo da sua casa, detalhadamente descrito no inventário do processo de falência — corrobora o que ficou dito.

Em 1903 envolve-se com os seus irmãos Luís e António Carlos na criação de uma empresa de cerâmica de construção, a Empresa Cerâmica da Fonte Nova. A falência desta em Julho de 1908, como se verá, iria arrastar também a fábrica de louça numa altura em que era diversificada a produção e muito significativa a procura dos seus produtos⁴².

Sem bens próprios, Carlos da Silva Melo Guimarães sai de Aveiro e vai viver com um neto em Santo Aleixo, no Alentejo, onde terminou os seus dias, em 1937⁴³.

Tendo sido provado que a fábrica tinha condições para sobreviver, é judicialmente autorizada a sua continuidade. Começava, assim, um novo

³⁶ OPA, n.º 143, 19 de Outubro de 1884, pp. 2-3.

³⁷ OPA, n.º 1032, 24 de Janeiro de 1904, p. 3.

³⁸ ADAVR, not. Fortuna, liv. 723-84, 6 de Fevereiro de 1891, fls. 21-22.

³⁹ No início deste século era de 10 000\$000 réis e em 1911 cifrava-se em 20 000\$000 réis (cf. Rodrigues, 1990, pp. 169-170).

⁴⁰ «Exposição da Fábrica da Fonte Nova», in CP, n.º 5606, 30 de Dezembro de 1903, p. 1.

⁴¹ Tratava-se de uma casita com 3,4 m de frente e 3 m de pé direito (cf. AHMA, liv. 1700, 16 de Dezembro de 1895, fls. inums.).

⁴² «Fonte Nova», in DA, n.º 3716, 4 de Junho de 1908, p. 1.

⁴³ «Falecimento», in CV, 17 de Julho de 1937, p. 4.

ciclo na vida da Fábrica de Louça da Fonte Nova. A imprensa local noticia que os pintores Manuel Pedro da Conceição e Luís Dias Afonso evitam o encerramento da fábrica de louça, assumindo a sua direcção em Setembro de 1908, propondo-se «tomar de arrendamento, à administração fiscal, a fábrica de louça [...] pois os produtos da fábrica de louça têm tido sempre procura superior à produção»⁴⁴. Ao fim de duas semanas, o articulista apela ao «bom senso»: «O trabalhador não se quer acanhado, timorato, mas, também, não deve ser arrojado em demasia, pois quem adiante não olha, atrás fica, ou se embrulha em camisa de onze varas donde é mais custoso sair»⁴⁵.

Viria a constituir-se uma sociedade em nome colectivo entre o primeiro dos operários referidos, Manuel Pedro da Conceição (1876-1930) — pintor, de extracção social humilde, natural de Aradas —, e o gestor da massa falida, Albino Pinto de Miranda (1867-1947), embora, por razões óbvias, essa sociedade só fosse legalizada em Março de 1914⁴⁶. As relações entre os dois não eram recentes. Albino Pinto de Miranda e M. Pedro da Conceição integraram os órgãos directivos da Sociedade Recreio Artístico, fundada em 1896⁴⁷. Albino Miranda fora testemunha de casamento de Manuel Pedro da Conceição, juntamente com Carlos Melo Guimarães, em Janeiro de 1908⁴⁸.

Com um capital social de 12 000\$00, dividido em partes iguais, os dois sócios dividem igualmente as tarefas de direcção entre si pelo processo mais comum. A «direcção técnica» ficou a cargo do pintor Manuel Pedro da Conceição: «Nesta qualidade pertence-lhe a direcção dos trabalhos, os fornecimentos para o fabrico, bem como a organização do quadro de pessoal, ouvindo e consultando para este caso o outro sócio.» A «direcção comercial» foi deixada ao segundo, Albino Pinto de Miranda, «competindo-lhe como tal, organizar dia a dia a escrituração, podendo, contudo, o outro sócio cooperar na execução dela, quando assim o entendesse».

A fábrica vai produzir mais azulejo do que até aí, embora se mantenha a produção de louça decorativa, «imitando o antigo, japonês e chinês», e

⁴⁴ «Fábrica de Louça da Fonte Nova», in *OD*, n.º 29, 5 de Agosto de 1908, p. 3; «Falta de trabalho», in *V*, n.º 696, 15 de Agosto de 1908, pp. 2 e 7.

⁴⁵ «A Avenida», in *V*, n.º 701, 5 de Setembro de 1908, p. 3. Mais informava que a fábrica estava já a produzir «louça para uso doméstico, louça artística para decoração e ornamentações, azulejo e grande variedade de desenhos, etc.».

⁴⁶ A firma adopta a denominação comercial «Manuel Pedro da Conceição & Companhia» (ADAVR, Aveiro, not. Pinheiro e Silva, liv. 1128-55, 18 de Março de 1914, fls. 37 v.º-39 v.º). A condição social de Manuel Pedro da Conceição à data do casamento com Joaquina Amélia Abrantes, criada, era humilde. Sublinha-o a anotação à margem do registo: «os nubentes *não pagaram os selos por serem pobres*» (cf. nota 48).

⁴⁷ Albino P. de Miranda integra a direcção em 1898-1900, 1903, 1908, 1915 e 1916. M. P. da Conceição é vogal da direcção da sociedade no ano de 1913 (cf. ASRA, *Actas*, 14 de Janeiro de 1913).

⁴⁸ ACRC, Glória, *Casamentos*, registo n.º 1, 8 de Janeiro de 1908.

louça diversa para uso comum. Torna-se também representante de mosaicos de uma outra empresa. O mostruário dos produtos fica patente ao público no estabelecimento comercial de Albino Pinto de Miranda.

Dois anos depois, em 1916, divergências entre os dois sócios conduzem à dissolução da sociedade e a fábrica esteve mesmo fechada durante alguns dias⁴⁹. Albino Miranda vende a sua parte na sociedade por 4500\$00 a um negociante e proprietário de Oliveirinha, Manuel Tomás Vieira Júnior (1880-1923)⁵⁰, que se associa a Manuel Pedro da Conceição. O capital social da nova sociedade é de 18 000\$00, dividido em partes iguais⁵¹.

Nesta altura a fábrica tinha ao seu serviço uma dupla de pintores, que assinaram a maioria dos painéis de azulejos ainda hoje existentes na região, Licínio Pinto (1882-1951) e Francisco Luís Pereira (1891-1961). Da fábrica saíam vistosos e cobiçados painéis de azulejos para as estações do caminho de ferro, palacetes, igrejas da Região Norte, edifícios do Estado, estabelecimentos comerciais, jardins, etc.⁵². Em 1917 a imprensa dá conta do entusiasmo que se vivia na empresa, dando a entender que o pior já passara⁵³. A exposição desse ano contribuiu para reforçar essa ideia⁵⁴. A fábrica sofre alterações e melhoramentos significativos. Marques Gomes testemunha os efeitos desse ambiente: «A produção e o consumo tanto de louça popular como da faiança artística aumentou desde então consideravelmente. As encomendas de *panneaux* e *lambris* de azulejo historiado foram e são constantes⁵⁵.»

Em 1919, a sociedade volta a conhecer novas e sérias dificuldades. Desentendimentos entre os sócios conduzem à dissolução, ainda que não se conheçam os seus contornos e natureza. Com Manuel Tomás Vieira Júnior saem os dois mais importantes pintores, o melhor modelador e outros trabalhadores com a promessa de constituição de uma nova empresa congénere. Mas, em contrapartida, a fábrica vai passar a contar com o filho do empresário, Manuel Pedro da Conceição Júnior, que estudara pintura no Porto, e com outro jovem da mesma geração, Edmundo Trindade. O jovem Conceição Júnior era então a grande esperança da continuidade da empresa.

⁴⁹ «Fábrica da Fonte Nova», in *ORV*, n.º 70, 30 de Março de 1916, p. 3.

⁵⁰ No registo de casamento, em 21 de Junho de 1905, M. T. Vieira Júnior e mulher são indicados como «agricultores» (cf. ACRCA, Vera Cruz, *Casamentos*, 1905, registo n.º 21). Na notícia da sua morte, a imprensa local acrescenta mais alguns dados biográficos, elogiando a sua frontalidade, a lhaneza do seu carácter: seu pai, João T. Vieira, era «um abastado proprietário» de Oliveirinha. «Modesto e honrado, Manuel Tomás, desde os antigos tempos da propaganda [...] fora dedicado e desinteressado republicano» (*OD*, 9 de Junho de 1923, p. 1).

⁵¹ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1488-88, 5 de Agosto de 1916, fls. 30-33.

⁵² A imprensa local dá destaque à execução de vários painéis destes dois pintores (sobre este tema, v. Rodrigues, 1991, pp. 29-38).

⁵³ Cf. «Exposição», in *OD*, n.º 49, 14 de Setembro de 1917, p. 3.

⁵⁴ Gomes (17 de Junho de 1922).

⁵⁵ Id., *ibid.*

No final desse ano, Manuel Pedro da Conceição — então vogal substituto da vereação presidida por Lourenço Simões Peixinho⁵⁶ — recorre mais uma vez ao crédito, desta feita à Caixa Económica de Aveiro, obtendo um empréstimo de 10 000\$00, a pagar no prazo de um ano. Podia, assim, tornar-se o único proprietário da Fábrica de Louça da Fonte Nova⁵⁷. Com a dissolução da sociedade, «ficou com todo o seu activo e passivo o sócio gerente Manuel Pedro da Conceição, a cujos conhecimentos técnicos e a cujo esforço aquele estabelecimento deve em grande parte o desenvolvimento que tomou»⁵⁸. O *Campeão das Províncias* acrescentava: «O sr. Manuel Pedro, hoje dono único da fábrica, até já a melhorou adoptando novos métodos e dando-lhe um impulso novo e lisonjeiro, fazendo a aquisição de operários de merecimento e de alguns apreciáveis maquinismos.»

A importância daquela fábrica no desenvolvimento da faiança e do azulejo na região é sublinhada pela imprensa local: «A Fábrica de Louça da Fonte Nova, pode dizer-se afoitamente, *tem sido o palco onde todos os privilegiados de hoje, espalhados por outras fábricas, fizeram o seu tirocínio, ali aprenderam a ser artistas, e alguns deles de extraordinário renome presentemente*»⁵⁹. De facto, é neste ano e no anterior que a fábrica obtém os prémios que exhibia na promoção dos seus produtos: em 1921, uma *medalha de ouro* no Congresso Beirão, em Viseu; em 1922, uma *medalha de ouro* no Congresso Beirão, em Coimbra; ainda nesse mesmo ano, o *grande prémio* no Rio de Janeiro.

Em 1927 morre o filho, Manuel Pedro Conceição Júnior, a esperança de continuidade da empresa. Três anos depois morria Manuel Pedro da Conceição e a fábrica permaneceria semifechada até 1937, quando um violento incêndio — as instalações eram de madeira — a devorou para sempre⁶⁰. A difícil situação, desde 1930, é evidenciada pela imprensa local: «A Fábrica da Fonte Nova há muito que deixara de laborar por morte do seu último proprietário, Manuel Pedro da Conceição [...]. Pertencia actualmente aos seus herdeiros, estando os prejuízos não cobertos *[sic]* por qualquer companhia de seguros, avaliados em algumas dezenas de contos visto do recheio quase nada se ter salvo. Há ainda algumas peças decorativas e o maquinismo, embora antiquado, devia valer»⁶¹.»

⁵⁶ Dessa vereação fazem parte, entre outros, Albino P. de Miranda e A. Henriques Máximo Júnior (cf. Barros, 1995, p. 87).

⁵⁷ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1674-A9, 12 de Dezembro de 1919, fls. 5-6. Três meses antes M. Pedro da Conceição comprara por 450\$00 uma casa de 1.º andar próximo da fábrica, na Rua das Olarias (ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1427-67, 16 de Setembro de 1919, fls. 32 v.º-33 v.º).

⁵⁸ «Fábrica da Fonte Nova», in *CP*, n.º 6671, 3 de Janeiro de 1920, p. 1.

⁵⁹ «A Fábrica da Fonte Nova também concorre á Exposição do Rio de Janeiro», in *OD*, n.º 728, 3 de Junho de 1922, p. 1.

⁶⁰ «Fogo devorador. A destruição da Fábrica de Louça da Fonte Nova causou pena a muita gente», in *OD*, n.º 1491, 11 de Setembro de 1937, pp. 1. e seg.

⁶¹ *Ibid.* O *CV* dizia que os prejuízos eram superiores a 100 contos («Fonte Nova», in *CV*, 18 de Setembro de 1937, p. 3).

1.2. FÁBRICA DE LOUÇA DOS SANTOS MÁRTIRES, 1905-1917

Foram certamente as enormes dificuldades por que passou a Fábrica de Louça da Fonte Nova e a significativa procura de materiais de construção na primeira década deste século que terão levado alguns dos seus pintores e outros trabalhadores, capitaneados por João de Pinho das Neves Aleluia (1876-1935), a sair para fundarem uma outra unidade de fabrico de louça e azulejo. Foi, pois, a primeira fábrica nascida com operários formados na Fábrica de Louça da Fonte Nova.

Por escritura de 14 de Fevereiro de 1905, João de Pinho das Neves Aleluia e outros «constituem-se em *sociedade de capital e industria*»⁶² para «a fabricação de louça de uso comum e utilidade imediata [com a designação] de Fábrica de Louça dos Santos Mártires», no largo do mesmo nome, hoje Largo do Conselheiro Queirós.

O tempo de duração da sociedade era de dezanove anos, exactamente o tempo de validade do contrato de arrendamento do terreno, celebrado com o fim expresso de ali virem a instalar a fábrica, junto de um canal da ria, na cidade de Aveiro⁶³. Segundo João Augusto Marques Gomes, nessa propriedade, «da família dos Rangéis, esteve para ser estabelecida em 1822 a grande fábrica de porcelanas que anos depois José Ferreira Pinto Basto fundou na Vista Alegre»⁶⁴.

A sociedade de capital e indústria impunha a cada sócio, além da entrada com uma quota de 250\$000 réis, «a sua industria e aptidões». O administrador e caixa da sociedade — acrescenta a escritura fundadora — seria João Aleluia «e só ele poderá usar da firma social». Nessa qualidade, deveria «confeccionar o regulamento de trabalho interno da fábrica» e decidir «sobre a forma de cumprimento das condições deste contracto». Por fim, determinava a escritura que «nenhum dos sócios poderá associar-se nem prestar serviços da mesma natureza [fora da fábrica], sob pena de perder o direito ao seu capital estipulado neste contracto, em beneficio dos demais sócios».

No final de Fevereiro, a imprensa local informava que estavam «já adiantadas as instalações, incluindo o forno e tanques»⁶⁵. A primeira fornada, composta por «azulejos e louça de fantasia (imitação do japonês) e louças de uso comum», é publicitada no início de Junho de 1905⁶⁶. Um ano depois, no final de Abril de 1906 — já com uma produção muito diversificada —, a sociedade dissolve-se e João Aleluia torna-se o único proprietário da novel fábrica de cerâmica⁶⁷.

⁶² ADAVR, Aveiro, not. Gaspar, liv. 1214-34, 14 de Fevereiro de 1905, fls. 8 v.º-10 v.º

⁶³ Id., *ibid.*, liv. 1212-32, 14 de Fevereiro de 1905, fls. 6 v.º-8 v.º

⁶⁴ Gomes (24 de Junho de 1922).

⁶⁵ «Nova fabrica», in *V*, n.º 515, 25 de Fevereiro de 1905.

⁶⁶ Primeira fornada: 5 de Junho (*V*, n.º 530, 10 de Junho de 1905, p. 3).

⁶⁷ ADAVR, not. Peixinho, liv. 1264-37, 24 de Abril de 1906, fls. 9-11.

O capital com que inicia a sua actividade era diminuto — 1250\$00 — e obtido por empréstimo. O recurso ao crédito, sempre de particulares, parece ter sido regra até à década de 1920⁶⁸. O vidro era moído na Fábrica Jerónimo Pereira Campos. Até à aquisição do moinho a vento não tinha qualquer força motriz⁶⁹. Mais tarde seria adquirido, «na estrada da Gafanha, um moinho que funcionava com as correntes da ria para moer o vidro, auxiliando a precária eficiência do motor a vento»⁷⁰. E, entretanto, o fabrico alarga-se à «louça de fantasia (imitações do antigo, chinês e japonês)» e ao azulejo.

Em 1909 foram introduzidos novos e vários melhoramentos; a moagem do vidro passou a fazer-se num moinho de vento⁷¹.

Em 1912, «embora ainda não tivesse o capital necessário»⁷², João Aleluia compra o terreno e a casa que fora de Luís de Melo Guimarães, junto à ria, mesmo em frente do local onde estivera instalada a Empresa Cerâmica da Fonte Nova.

Cinco anos depois, em 8 de Setembro de 1917, «já liberto do anterior empréstimo», transfere para a zona do Cojo a sua Fábrica de Louça dos Santos Mártires, L.^{da}, que passaria a chamar-se Fábrica Aleluia, Louças e Azulejos. O canal do Cojo via, assim, confirmada a sua vocação de «zona industrial» da cidade.

A mudança implicou uma verdadeira transformação da empresa. De uma pequena oficina de produção de louça, a Fábrica Aleluia tornar-se-ia uma empresa moderna, produzindo cerâmica doméstica decorativa e de uso comum e azulejo de revestimento, ocupando na região o lugar deixado vago pela Fábrica de Louça da Fonte Nova. Os prémios, tão alardeados pelas empresas concorrentes, começam a chegar. Em 1922, na Exposição do Rio de Janeiro, a Fábrica Aleluia conquistou, juntamente com a Jerónimo Pereira Campos, Filhos, o *diploma de honra*. As suas concorrentes, Fábrica de Louça da Fonte Nova e Empresa de Louça e Azulejos, L.^{da}, ainda ficaram à sua frente nesse certame.

João Aleluia, oriundo de uma família numerosa e ligada às actividades da pesca⁷³, filho de «um modesto barqueiro», «tinha oito anos quando foi trabalhar para a antiga fábrica de cerâmica da Fonte Nova. Ali se fez pintor e ceramista de profissão. E por vocação, músico de talento. Em um e outro sector

⁶⁸ Empréstimos concedidos em 1906, 1911 e 1917 (cf. Aleluia, 1955).

⁶⁹ *Ibid.*, p. 8.

⁷⁰ *Ibid.*, pp. 9-10. A utilização do moinho de maré na cerâmica parece ser inédita em Portugal.

⁷¹ «Fábrica dos Santos Martires», in *O Aveirense*, 10 de Outubro de 1909, p. 2.

⁷² Azevedo (vol. 1, s. d.).

⁷³ Era muito diversa a consideração social dos membros desta numerosa família. A maioria dedica-se então à pesca. No início da década de 1890 fez exame de admissão aos liceus um João de Pinho das Neves, filho de Guilhermina da Apresentação (AESJE, *Exames*, 21 de Maio de 1891, fl. 5).

da arte — como diz encomiasticamente Correia de Azevedo — revelou uma capacidade que desmentia os seus princípios de autodidacta. A ponto de, como intérprete da melhor música clássica se ter exibido em vários saraus, e desempenhado o cargo de professor de piano em diversos colégios de Aveiro⁷⁴.» Existem inúmeros testemunhos de outras intervenções como músico. Em 1903, na Festa dos Ramos, «a mais característica de Aveiro», João Aleluia dirigia a Filarmónica Aveirense⁷⁵.

O gosto pela música seria continuado por seus filhos Gervásio e Carlos. Com a criação e direcção do Coral Aleluia, Carlos Aleluia viria a ser apelidado de «industrial-maestro»⁷⁶.

A sua intervenção cívica, integrando diversas associações locais, e o seu carácter tornaram João Aleluia pessoa benquista na cidade e na região. Foi sócio fundador do Clube dos Galitos⁷⁷, presidente da direcção do Recreio Artístico⁷⁸, director da Filarmónica Aveirense⁷⁹ e membro efectivo da direcção da Associação Comercial de Aveiro⁸⁰.

Nos primeiros anos do pós-guerra, quando o sector da pesca conhece um surto significativo, João Aleluia integra uma sociedade para a exploração do lugre *Estrela do Mar*⁸¹.

Quando João Aleluia morre, em 1935, a direcção da empresa é assumida pela viúva e seus dois filhos, Carlos e Gervásio, que há muito colaboravam com o pai, conciliando essa actividade com a de professores da Escola Industrial e Comercial de Aveiro⁸². Os dois irmãos repartiram as tarefas entre si, de acordo com a divisão funcional mais comum em empresas desta natureza: «direcção técnica» e «direcção comercial».

1.3. EMPRESA DE LOUÇA E AZULEJO, L.^{DA}, 1919-1930

O nascimento desta fábrica prende-se também com as dificuldades por que passou a Fábrica de Louça da Fonte Nova nos primeiros anos do pós-guerra.

⁷⁴ *Ibid.* No registo de baptismo seu pai é referido como «trabalhador» e a mãe como «jornaleira» (ADAVR, Glória, *Baptismos*, liv. 15, 27 de Março de 1876, fls. 16 v.º-17).

⁷⁵ «Festa de Ramos», in *V*, n.º 454, 24 de Dezembro de 1903, p. 2; *OPA*, n.º 1020, 1 de Novembro de 1903, p. 2.

⁷⁶ «Um industrial-maestro que dirige um grupo coral composto pelos seus próprios operários», in *Jornal de Notícias*, 7 de Março de 1945, pp. 1 e 3.

⁷⁷ *Relatório da Comissão Installadora* (1906, p. 68).

⁷⁸ «Associações locais», in *OD*, n.º 353, 15 de Janeiro de 1915, p. 3.

⁷⁹ «Música Nova», in *OPA*, n.º 1020, 1 de Novembro de 1903, p. 2.

⁸⁰ «Associação Comercial», in *OD*, n.º 349, 18 de Dezembro de 1914, p. 2.

⁸¹ ADAVR, Aveiro, not. Marques da Silva, liv. 886-247, 5 de Novembro de 1919, fls. 48 v.º-49 v.º; *ibid.*, Aveiro, not. Leal, liv. 1678-A13, 6 de Março de 1920, fls. 5-6.

⁸² G. Aleluia iniciou a sua actividade docente na Escola Industrial e Comercial de Aveiro em Janeiro de 1929 (Arquivo da Escola Secundária n.º 1, *Livro de pessoal da Escola. Termo de posse*, fls. 7-7 v.º).

Por escritura de 28 de Novembro de 1919 foi estabelecida uma sociedade com o capital social de 25 000\$00, dividido entre oito sócios, nas proporções que o quadro respectivo, em anexo, mostra⁸³. Sublinho, contudo, que, à data da constituição da sociedade, cada sócio entrara com 50% da sua quota em dinheiro. Como pode verificar-se, o gerente da nova sociedade, os dois pintores e o modelador vieram da Fábrica da Fonte Nova. Sobre os restantes quatro membros da sociedade importa sublinhar o seguinte: durante a Primeira Guerra Mundial e nos anos seguintes, em virtude da forte desvalorização da moeda, assistiu-se ao envolvimento de médicos, advogados e notários em grande número de sociedades. Também os «negociantes» participam, em número crescente, em sociedades industriais, embora os maiores investimentos se tenham verificado no sal, pesca e construção naval. João da Cruz Bento, negociante de pescado e sal, integra nesse ano o grupo fundador do Banco Regional de Aveiro com uma quota de 50 000\$00, enquanto nesta fábrica não investe mais do que 3000\$00⁸⁴. João André da Paula Dias não era apenas lavrador, como informa a escritura. Dedicava-se também à extracção e venda de barro. Segundo Correia de Azevedo, «trabalhou durante anos numa saibreira que lhe pertencia, a qual deu oportunidade a uma pequena oficina exclusivamente destinada ao arranjo das ferramentas que ele utilizava na extracção do barro»⁸⁵. Mais tarde este fundidor criaria, já com idade avançada, a Fundição Aveirense, de Paula Dias & Filhos, L.^{da}

Mercê da participação dos dois pintores e do modelador da Fábrica da Fonte Nova, não foi difícil a esta unidade tornar-se conhecida. Tendo iniciado a produção nos primeiros dias de Agosto de 1920⁸⁶, expôs os seus produtos na mostra de Viseu de 1921, onde obteve uma *medalha de ouro de 1.ª classe*. Na exposição realizada na Tapada da Ajuda em 1923 conquistou o *1.º prémio*⁸⁷.

A fábrica ficou instalada num vasto edifício, paredes meias com as ruínas da Fábrica do Cojo, adquirido para o efeito por 3500\$00 quinze dias antes da celebração da escritura de constituição da sociedade⁸⁸. Como referia a imprensa local, a fábrica seria montada com os «mais aperfeiçoados maquinismos e servida por artistas de reconhecido mérito»⁸⁹.

Apesar das excelentes condições de que dispunha, poucos anos depois, teve de enfrentar sérias dificuldades com a morte do «gerente», Manuel Tomás

⁸³ A inauguração dos trabalhos desta nova fábrica, em 7 de Agosto de 1920, foi motivo de festa e notícia na cidade (cf. *OD*, n.º 703, 14 de Agosto de 1920, p. 1).

⁸⁴ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1688-23, 12 de Março de 1921, fls. 78-84.

⁸⁵ Azevedo, *ob. cit.*

⁸⁶ *OD*, n.º 713, 25 de Setembro de 1920. A inauguração verificou-se em 7 de Agosto de 1920.

⁸⁷ *CP*, n.º 6855, 4 de Agosto de 1923, p. 4.

⁸⁸ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1428-68, 13 de Novembro de 1919, fls. 46-47 v.º

⁸⁹ «Nova fábrica», in *CP*, n.º 6703, 1 de Agosto de 1920, p. 2.

Vieira Júnior, e a saída dos dois pintores, Licínio Pinto e Francisco Luís Pereira, acabando por fechar⁹⁰. Este últimos foram trabalhar para a Fábrica do Outeiro, em Águeda. No início de 1930 a ELA foi posta à venda⁹¹.

Do ponto de vista da sua gestão, a escritura salienta: «a correspondência social só poderá ser assinada pelo sócio gerente [M. Tomás Vieira Júnior] e, na sua ausência, pelo sócio Alvarenga», responsável pela escrituração e caixa. A direcção técnica ficava a cargo dos dois pintores cerâmicos, «por turno de cada mês cada um, alternadamente e conforme entre si acordarem». Mas estes teriam de ouvir «sempre, previamente, o sócio gerente acerca de qualquer assunto relativo à sociedade, inclusive a admissão de pessoal artístico». Importa relevar outra condição imposta aos directores técnicos: «Sob pena de perda das respectivas quotas e lucros, é expressamente proibido aos directores técnicos prestar serviços da sua arte fora da sede e das sucursais da empresa, salvo com autorização dos outros sócios.»

Mais acrescenta o mesmo documento: «Todos os sócios reunir-se-ão, pelo menos uma vez cada mês, para revisão e aprovação de contas, podendo nessas reuniões tratarem-se e resolverem-se quaisquer assuntos de interesse social.» Ao gerente e directores técnicos foi arbitrada a remuneração mensal de 45\$00.

As simpatias político-partidárias terão sido decisivas na constituição da sociedade. O notário André dos Reis era um dos chefes republicanos, como republicanos eram outros sócios. Decisiva terá sido, pois, a publicidade do periódico republicano local que acompanha e publicita a produção da fábrica, especialmente a pintura de painéis de azulejos.

1.4. EMPRESA OLARIAS AVEIRENSE, L.^{DA}, 1922-1942

Com o aparecimento desta fábrica, Aveiro passa a contar então com oito unidades cerâmicas, quatro de barro branco e outras tantas de barro vermelho.

A escritura de constituição da sociedade foi registada em Dezembro de 1922⁹². Mês e meio depois iniciava-se a construção das instalações no bairro onde tradicionalmente se fixaram as olarias aveirenses⁹³. O edital foi publicado em 17 de Março de 1924 na imprensa local⁹⁴ e a produção tem início apenas em meados de 1926⁹⁵.

⁹⁰ No início de 1930 a fábrica foi posta à venda.

⁹¹ «Vende-se em plena laboração e pela avaliação que se der aos valores do seu activo, com bons maquinismos, esplêndida produção de louças e azulejos, tanto ordinária como artística e de consumo garantido» (OD, n.º 1112, 1 de Fevereiro de 1930, p. 3).

⁹² ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1699-34, 4 de Dezembro de 1922, fls. 42-45 v.º

⁹³ No início de Janeiro de 1923 foi submetido um requerimento à Câmara Municipal de Aveiro «para construir um edifício para a sua fábrica na Rua das Olarias» (cf. AHMA, liv. 202, 18 de Janeiro de 1923, fl. 80 v.º).

⁹⁴ OD, 29 de Março de 1924, p. 3.

⁹⁵ OD, 23 de Outubro de 1926, p. 4.

A maior parte da documentação dos primeiros anos considera-a uma «fábrica de louça ordinária». No final da década a empresa passa por dificuldades e é adquirida por outro empresário, enquanto a imprensa publicita a produção de painéis de azulejos executados por pintores formados na Fábrica de Louça da Fonte Nova⁹⁶.

Exceptuando os dois oleiros, os restantes elementos da sociedade não teriam outro objectivo senão o que movia o comerciante Albino Pinto de Miranda. Note-se que, mais uma vez, dos onze membros desta «sociedade por quotas de responsabilidade limitada» que repartem entre si os 60 000\$00 do capital, nenhum tem uma posição dominante. E havia sócios com possibilidades para assumirem uma posição maioritária.

Manuel F. da Rocha Leitão estava ligado ao comércio de vinhos e licores. Abundantes são as informações sobre o comerciante Albino Pinto de Miranda (1867-1947), já referido. Filho de um negociante de Oliveira do Bairro, estabelece-se em Aveiro, onde casa em 1894⁹⁷. Em 1897 obtém licença para estabelecer um depósito de combustíveis⁹⁸. Em 1902 constitui uma sociedade para a cobrança dos impostos municipais⁹⁹. No ano seguinte funda a moagem Cristo, Rocha, Miranda & Companhia¹⁰⁰. Em 1920 funda a Companhia Aveirense de Moagens. Em 1921 integra o grupo fundador do Banco Regional de Aveiro. Entretanto, envolve-se em pequenos negócios de mercearia, actividade por que é mais conhecido. É proprietário de um depósito de tabaco e agente da Fosforeira¹⁰¹.

A empresa seria gerida por uma *troika*, já formada no momento da constituição da sociedade. Atentemos no texto da escritura constitutiva: «A gerência da sociedade fica pertencendo a um Conselho de Administração, composto de três sócios, eleitos pela Assembleia Geral, e pelo período não superior a três anos, sendo, porém, permitida a reeleição.» O referido conselho de administração teria todas as atribuições que a lei conferia à gerência e poderia: (1) «contratar os técnicos e mais pessoal especializado»; (2) «adquirir, pelo preço e condições que julgar mais vantajosos, os imobiliários necessários para a instalação e laboração da indústria». Refira-se também que só obrigavam a sociedade os documentos «que se acha[ss]em *firmados por todos ou pela maioria* dos vogais do Conselho de Administração». Por fim, a escritura proibia à *troika* o exercício de operações e indústrias idênticas às da sociedade, tanto em seu nome como por interposta pessoa.

Em 1942 a fábrica seria adquirida pela Fábrica Aleluia.

⁹⁶ «Exposição», in *OD*, 21 de Dezembro de 1929, p. 1.

⁹⁷ ACRCA, Glória, *Casamentos*, 1894, registo n.º 34.

⁹⁸ AHMA, Aveiro, liv. 159, fls. 16-17.

⁹⁹ Sociedade com um capital de 4500\$000 réis, dois sócios, sendo ele o «caixa-gerente» (ADAVR, Aveiro, not. Duarte Silva, liv. 1077-4, 1 de Maio de 1902, fls. 43-45).

¹⁰⁰ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1244-17, 11 de Maio de 1903, fls. 44 v.º-45 v.º

¹⁰¹ *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Aveiro*, 1933, p. 1.

1.5. VITÓRIA & IRMÃO, L^{DA}, 1922-1930

Por fim, importa referir os industriais de uma outra fábrica de produção de louça de barro branco, fundada em 1922, a única nascida fora da cidade de Aveiro¹⁰². É também a única empresa deste painel criada por oleiros — Manuel Gonçalves da Vitória, João Gonçalves da Vitória Machado e Anunciação de Jesus Gomes, doméstica, mulher do primeiro. No entanto, sublinho que, tendo sido ambos oleiros em Aradas, não é do barro preto ou vermelho que partem para a formação da sociedade. Manuel Vitória trabalhara em Coimbra e Viseu em fábricas de barro branco. A matéria-prima vinha de Coimbra pelo caminho de ferro e era transportada depois em carros de bois até à fábrica¹⁰³.

Descendentes de uma velha família de oleiros e lavradores de Aradas — a freguesia onde se regista então um elevado número de olarias de barro preto e vermelho vidrado¹⁰⁴ —, os dois irmãos Vitória vão associar-se para a criação de uma fábrica de louça, embora na descrição do objecto da sociedade se indique a exploração da «indústria e fabrico de louças de qualquer espécie».

Com o capital social de 15 000\$00, a nova sociedade conta, à partida, com mão-de-obra abundante e com um mercado não cobiçado pelas fábricas de Aveiro. Para o capital forneceu «cada um dos sócios cinco mil escudos em dinheiro, e dois mil e quinhentos escudos representados pelo valor de uma casa térrea e quintal que eles em comum e partes iguais possuem no lugar das Leirinhas, limite e freguesia de Aradas».

Ficou como «gerente» o mais velho, Manuel Vitória, enquanto o irmão ficava com tarefas de «escrituração».

Independentemente das razões que vieram a dividir os dois irmãos — e que os separariam em 1930¹⁰⁵ —, refira-se que das famílias de oleiros de Aradas apenas ficou o nome dos Vitória, pois este empreendimento seria continuado pelos seus filhos até aos nossos dias¹⁰⁶.

2. A CERÂMICA DE CONSTRUÇÃO

2.1. JERÓNIMO PEREIRA CAMPOS & FILHOS, 1896-1923¹⁰⁷

Esta empresa de telha e tijolo foi fundada em Outubro de 1896, embora a legalização da sociedade só se tenha verificado em 1907. Quando a empresa

¹⁰² ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1698-33, 19 de Setembro de 1922, fls. 4 v.º-6.

¹⁰³ Informações do oleiro de Aradas Sr. Adelino Laranjeira e do industrial Sr. Ilídio Vitória.

¹⁰⁴ Em 1911 havia em Aradas «12 oficinas de louça preta sem vidrado e 3 de louça vermelha vidrada» (*Boletim do Trabalho Industrial*, 1911, p. 11). Os registos de casamento em Aradas no século XIX referem muitas famílias de oleiros: os Balcão, os Conceição, os Ferreira, os Marabuto, os Martinho, os Oliveira, os Pelicano, os Pereira, os Pincarinho, os Salgueiro, os Vitória, etc.

¹⁰⁵ «Dissolução de sociedade», in *OD*, n.º 1132, 5 de Julho de 1930, p. 3, c. 2.

¹⁰⁶ A Cerâmica Primos Vitória foi fundada em Outubro de 1970 por Licínio G. Vitória, Ilídio G. Vitória e António G. Vitória Machado.

¹⁰⁷ Sobre esta dinastia de empresários, v. Rodrigues (1995).

nasce, Jerónimo Pereira Campos (1828-1907) contava já 68 anos de idade. É provável que na sua origem — em concordância com a memória familiar — tenha estado presente o desejo de «dar futuro» aos dois filhos mais novos, Henrique (1874-1944) e João (1877-1927), como já havia feito com os dois mais velhos. De facto, Ricardo (1870-1953) e Domingos (1872-1946) haviam beneficiado da ajuda do pai para se estabelecerem, o primeiro, como comerciante (mercearia e confeitaria) e, o segundo, como proprietário de uma oficina de encadernação. Ricardo era já em 1897 um dos maiores contribuintes do concelho de Aveiro em contribuição industrial¹⁰⁸. Os filhos mais novos, João e Henrique, eram marceneiros. Dedicavam-se à construção de barcos de pequeno porte.

Oriundo de uma família de carpinteiros e mestres de obras vindos de Ovar, Jerónimo Pereira Campos aprende o ofício do pai. Em 1868 é nomeado mestre de obras da Câmara Municipal de Aveiro. Aludindo a esse facto, escreve o *Vitalidade* na notícia da sua morte: «Encarregado das obras da Câmara durante muitos anos, o Sr. Jerónimo Pereira Campos foi o executor fiel e activo da administração do nosso saudoso amigo Sebastião de Carvalho Lima¹⁰⁹. As primeiras estradas camarárias, e pode dizer-se as mais importantes foram dirigidas pelo saudoso extinto, e outras obras concelhias tiveram a sua inspecção ou direcção¹¹⁰.» Acrescentava o referido periódico que Jerónimo Pereira Campos era «muito activo, inteligente e sabedor, *educando os seus filhos ao mesmo tempo na escola e no trabalho em que tanto se têm distinguido* [...] Quando já enfadado com aquele mister, empreendeu com os seus filhos mais novos a montagem da fábrica de telha, sistema Marselha, nas Agradas, e aí o encontramos muitas vezes lidando afanosamente¹¹¹.»

Ocultava o jornal que a mudança de orientação política na Câmara afastara Jerónimo Pereira Campos, desde 1882, da direcção das obras municipais. Tratar-se-á então de «enfado com aquele mister» ou afastamento por não ser «cliente» da nova administração municipal? Embora a documentação não esclareça bem o seu percurso nos catorze anos seguintes, Jerónimo Pereira Campos continuaria como mestre de obras.

¹⁰⁸ AHMA, liv. 726, fls. inums. Dessa relação constam também Carlos Melo Guimarães e Anselmo Ferreira.

¹⁰⁹ Sebastião de C. Lima foi eleito em 22 de Fevereiro de 1868. A segunda figura da lista, o regenerador Agostinho J. Duarte Pinheiro e Silva (1836-1883), viria a ser presidente entre 1872 e 1876. É substituído por Sebastião de C. Lima, que dirige o município até Janeiro de 1882, data da eleição de Manuel Firmino da Maia. É a partir desta data que Jerónimo Pereira Campos deixa de ser mestre de obras da Câmara. Quando morreu, em 1907, o seu corpo é colocado provisoriamente no jazigo de família de Agostinho J. D. Pinheiro e Silva (informação do Sr. Fausto Ferreira).

¹¹⁰ «Fallecimento», in *V*, n.º 661, 14 de Dezembro de 1907, p. 3. Informação corroborada por documentação de arquivo (cf. AHMA, livs. 374-380).

¹¹¹ *Ibid.*

Durante as décadas de 1860 e 1870 Jerónimo Pereira Campos deslocou-se ao Porto com regularidade. Esses contactos tornar-se-iam muito úteis nas décadas seguintes, como seriam decisivos na fundação e apetrechamento tecnológico da sua fábrica.

Foi assim que conheceu, entre outras, a Fábrica Cerâmica e de Fundição das Devesas. Sabe-se que forneceu barro a esta empresa. O fornecimento de barro da região constituía então uma actividade muito lucrativa. No final do século XIX a Câmara Municipal de Aveiro despachou favoravelmente diversos pedidos de licença para extracção de barro¹¹².

E foi «deste contacto entre si e o barro, e das relações com o fundador da cerâmica das Devesas que a ideia de se converter em industrial começou a germinar na sua mente, conquanto lhe faltassem conhecimentos técnicos e profissionais sobre uma indústria até há pouco apenas do conhecimento de estrangeiros.

Com curiosidade, pois, se foi inteirando das partes mais importantes do funcionamento de uma cerâmica, ao tempo consideradas autênticos segredos de profissão. O fundador da primeira cerâmica tivera necessidade de se domiciliar em França como operário ceramista durante algum tempo para conseguir obter conhecimentos da especialidade. Mas Jerónimo Pereira Campos, esse já aprendeu em Portugal, nas Devesas, não obstante, quiçá, alguns entraves e certas dificuldades que a sua obstinada curiosidade venceu¹¹³.»

Importa sublinhar que entre Gaia e a Pampilhosa não havia qualquer outra unidade de cerâmica de construção, muito embora as edificações urbanas da região persistissem no emprego da dura «pedra de Eirol», adobes, calhau rolado, areia e madeiras. As telhas tradicionais continuariam a ser produzidas pelos oleiros de Eixo, Aradas, São Bernardo, Quinta do Gato, Angeja e Salgueiro, nos arredores da cidade e do concelho.

Em 1894-1895, no primeiro ano de funcionamento da Escola de Desenho Industrial, Jerónimo Pereira Campos colocou os seus dois filhos mais novos, Henrique e João, a aprender Desenho Elementar, Modelação e Desenho Aplicado à Cerâmica. Tinham 21 e 18 anos de idade, respectivamente. Não deixa de ser significativo que a Jerónimo Pereira Campos & Filhos tivesse nascido dois anos depois. O alvará «para fundação de uma fábrica de tijolo e telha, no qual se emprega uma caldeira a vapor, no sítio das Agradas de Baixo» foi concedido em 4 de Outubro de 1897¹¹⁴.

A fábrica ficava junto de excelentes barreiros, que exploraria durante décadas, próximo da estação do caminho de ferro. Era servida pelo canal do Cojo e ficava à entrada da cidade de Aveiro.

¹¹² Cf. AHMA, *Actas*, liv. 27, fl. 16 v.º

¹¹³ Cf. Azevedo, *ob. cit.*

¹¹⁴ AHMA, liv. 159, fls. 10-10 v.º

O envolvimento dos irmãos mais velhos verificar-se-ia apenas depois da morte de Jerónimo Pereira Campos, em Dezembro de 1907, apesar de a escritura de legalização da sociedade, realizada em Janeiro desse mesmo ano, os incluir a todos, com tarefas diferenciadas e quotas iguais.

Do esforço inicial deixou-nos um significativo testemunho o *Vitalidade*, periódico monárquico dirigido por Acácio Vieira da Rosa: «Um mestre de obras já encanecido no serviço, e dois rapazes, hábeis artistas, cheios de mocidade, deixam os seus officios onde tinham salário certo e compensador, sem grandes fadigas, sem grandes cuidados, e abalançam-se a uma empresa em que arriscam trabalho e capitais importantes, durante muito tempo, antes de poderem ver o êxito completo da sua iniciativa. Durante um largo período de tempo, as dificuldades aumentam, as contrariedades multiplicam-se, mas a tudo opõem uma vontade tenaz e um esforço inquebrantável. Causa admiração e é digno de louvor tanto ânimo e tanta confiança, considerando as circunstâncias especiais em que a tentativa se dá.»

O jornal adianta um conjunto de informações sobre a diversidade e qualidade dos produtos ali fabricados, como sobre os maquinismos instalados — «uma máquina a vapor para triturar barro, bater a telha, etc.» —, informando que a empresa ia «fazer a aquisição duma outra [máquina] suplementar para outros serviços, e projecta[va] a montagem de um elevador e a construção de uma linha férrea para o transporte dos seus produtos até à Estação dos Caminhos de Ferro».

Entretanto, nos primeiros anos deste século, a Jerónimo Pereira Campos & Filhos perde o exclusivo da produção de cerâmica de construção na região. Em 1903 nascia a Empresa Cerâmica da Fonte Nova, que explorava barreiros contíguos, fabricava os mesmos produtos, utilizava os mesmos caminhos, disputava os seus clientes e aliciava os trabalhadores mais qualificados. No ano seguinte nascia a Fábrica Cerâmica de Oliveira do Bairro, de Abílio Rocha & Irmãos¹¹⁵.

Nos três primeiros anos deste século, quando a empresa constrói novas instalações e instala equipamento diverso que lhe permite aumentar, melhorar e diversificar a produção — instala uma outra máquina a vapor, uma *Sulzer*, de 80 cv, uma caldeira aquitubular *Babcock* e um amassador alemão —, Jerónimo Pereira Campos era assim descrito por um periódico local: «O sr. Jerónimo Pereira Campos é um antigo mestre de obras, muito hábil e considerado, e seus filhos, belos moços, trabalhadores, inteligentes e ilustrados, muito peritos nos trabalhos a que se dedicaram e que conhecem já hoje muito bem

¹¹⁵ Sociedade entre Abílio, António e José de Oliveira Rocha (ADAVR, O. do Bairro, not. Pinto, liv. 164-14, 18 de Julho de 1904, fls. 15-18 v.º).

em todos os seus detalhes, trabalhando ao lado dos operários, prontos a substituir qualquer deles, tanto nas ocupações de maior responsabilidade, como nas de somenos¹¹⁶.»

Em 1904 a Jerónimo Pereira Campos & Filhos vai fundar uma fábrica de vidros. Situava-se mesmo em frente da sua concorrente da Fonte Nova, exactamente onde existiu a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense (1888-1891)¹¹⁷. Dali os Pereira Campos poderiam certificar-se do cumprimento do acordo de não concorrência celebrado entre as duas empresas em Março de 1907, pondo fim aos conflitos¹¹⁸.

A falência da Empresa Cerâmica da Fonte Nova no Verão de 1908 permitiu à Jerónimo Pereira Campos adquirir os terrenos onde iria construir armazéns, impedindo, assim, a instalação de uma outra fábrica qualquer naquele local, e adquiriu, igualmente, os barreiros que aquela fábrica explorava. Desse modo, a fábrica de vidros acabou por ser abandonada, até porque estava em curso um processo de formação de um monopólio naquele sector¹¹⁹.

Em 1911, os quatro irmãos celebram nova sociedade, aumentam o capital e redistribuem as tarefas entre si. Tal como acontecera na escritura de 1907, Henrique Pereira Campos fica com a «directão técnica»; os restantes pelouros foram assim distribuídos: «a escrituração, ao sócio João; a agência de colocação de produtos e financeira, ao sócio Domingos, e ao sócio Ricardo fica pertencendo a Caixa». Acrescentava o documento que «ao sócio Domingos ficam-lhe pertencendo todos os negócios que digam respeito a operações bancarias e à colocação de produtos da fábrica, quando por ventura a produção exceder a procura»¹²⁰.

A escritura confirma, pois, o ascendente protagonismo de Domingos P. Campos, que, na realidade, se tornou o estratega da empresa. Esse facto e outros, a que não terão sido alheios dissídios de natureza política, trouxeram um mal-estar ao relacionamento entre os sócios. Explicar-se-ia, assim, o abandono, em 1912, de João Pereira Campos, o único republicano de uma família de fortes tradições monárquicas. João P. Campos decide fundar outra fábrica de cerâmica de construção, o que não deixou de constituir mais um obstáculo à empresa que ajudara a fundar, até porque nesse mesmo ano de 1913 nascem quatro outras unidades do género na região.

¹¹⁶ «Fábrica das Agradas», in *CP*, n.º 5248, 6 de Junho de 1903, p. 2.

¹¹⁷ Cf. Rodrigues (1994, pp. 165-198).

¹¹⁸ Cf. Rodrigues (1990, pp. 181-183).

¹¹⁹ Cf. Barosa (1996).

¹²⁰ ADAVR, Aveiro, not. Pinheiro e Silva, liv. 1118-45, 11 de Fevereiro de 1911, fls. 17

Durante a Primeira Grande Guerra, a empresa vai construir as suas monumentais instalações. Para isso houve necessidade de recorrer (mais uma vez) ao crédito. Se Jerónimo Pereira Campos obteve o capital, com hipoteca, junto de particulares, os seus filhos vão procurar o capital de que necessitavam em instituições de crédito. Para a construção do edifício principal, a empresa negocia em 1916 com «a casa comercial Pinto & Sotto Mayor a hipoteca voluntária de dois prédios para segurança do contrato de abertura de crédito, em conta corrente, até à quantia de 30 000\$00»¹²¹.

A produção alarga-se a outros produtos, como o refractário e o grés. A empresa acompanha o que de melhor se fazia na Europa no seu sector através de viagens¹²² e da assinatura de revistas técnicas, como a francesa *La revue des matériaux de construction et de travaux publics*.

Em 1923, após a alteração do pacto social no ano anterior, é dissolvida a sociedade por quotas e criada uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com um capital de 2 700 000\$00, «dividido em 27 mil acções de cem escudos cada uma, emitido em uma única série e já sobrescrito»¹²³. Da totalidade desse capital, que foi integralmente realizado, 1700 contos correspondiam ao activo da firma anterior. O resto foi realizado pela família Pereira Campos — que detinha a maioria do capital social — e por um conjunto de personalidades ligadas quer ao mundo empresarial da região, quer ao poder municipal, incluindo também alguns proprietários e técnicos de Lisboa, Braga e Porto.

Note-se que a maioria dos subscritores das acções são os fundadores do Banco Regional de Aveiro — de que os Pereira Campos também são fundadores¹²⁴ — e do movimento regionalista que organizou os congressos regionais de Viseu e Coimbra nos anos anteriores. Entre eles contam-se os advogados Alberto Souto e Jaime Duarte Silva, o professor e arquitecto Francisco da Silva Rocha, o presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Lourenço Simões Peixinho, e empresários, como Henriques Máximo Júnior, Lívio da Silva Salgueiro, o médico e vereador José Vieira Gamelas ou o professor Egas Ferreira Pinto Basto, entre outros, com quantias que oscilam entre os 10 e os 50 contos.

As ambições da sociedade anónima estão bem expressas na nova designação — sublinho o plural —, *Fábricas* Jerónimo Pereira Campos, Filhos,

¹²¹ Arquivo do Registo Predial de Aveiro, *Registo de hipotecas*, liv. C-17, fl. 147, registo n.º 9378.

¹²² ADAVR, Governo Civil, *Passaportes*, 1915, fls. 15 e 21.

¹²³ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 548-124, 26 e 27 de Março de 1923, fls. 8-14 e 14 v.º-27 v.º

¹²⁴ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1688-23, 12 de Março de 1921, fls. 78-84.

S. A. R. L. A empresa tinha clientes em toda a região minhota e na própria Galiza, onde vendia a sua telha, tipo Marselhês, tipos Sucesso e Português (estes devidamente registados), tijolos e outros e os mais diversos acessórios.

As dificuldades colocadas pela gestão deficiente dos caminhos de ferro, aliadas às características da sua produção, terão levado a empresa a adquirir outras unidades em locais servidos por abundantes matérias-primas e boas condições de acessibilidade. É assim que anos mais tarde vão ser adquiridas duas fábricas na região de Viana do Castelo e outra em Sintra.

2.2. EMPRESA CERÂMICA DA FONTE NOVA, 1903-1908

Em 1903, os já referidos Carlos Melo Guimarães e seus dois irmãos, Luís e António Carlos, criam uma nova empresa de cerâmica para o fabrico de telha e tijolo. Em conjunto, os três irmãos já se haviam envolvido, em 1901, numa *sociedade em nome colectivo e comandita simples* para «a venda de tabaco, papel e mais acessórios»¹²⁵.

As razões da criação de uma fábrica de barro vermelho está relacionada com a grande procura de materiais de construção no início do século na cidade e seus arredores¹²⁶. Quando a Empresa Cerâmica da Fonte Nova ainda se encontrava em fase de instalação, a Jerónimo Pereira Campos & Filhos tinha uma produção anual de 15 a 20 contos de réis, «sendo a importância das vendas igual à totalidade do fabrico, pois que *tudo se vende*». Sublinho que, segundo a mesma fonte, a fábrica de louça se debatia com graves problemas: «A maior parte desta louça que a fábrica tem produzido há mais de um ano está no depósito por falta de consumo»¹²⁷. Referindo-se à nova unidade, dizia *O Primeiro de Janeiro* em Outubro de 1903: «Está trabalhando com toda a actividade a nova fábrica de tijolo, sistema marselhês, recentemente montada pelo activo industrial Carlos Melo Guimarães. A nova fábrica, que se ergue ao lado da de louça da Fonte Nova, pertencente ao mesmo industrial, está dotada com algumas das melhores máquinas empregadas no estrangeiro [...] Os seus produtos são de óptima qualidade, e, apesar de ser grande a laboração da fábrica, *não chega a produção para satisfazer as encomendas que já conta* [...] A fábrica está realmente em activa laboração, e há muitos dias seguidos que os fornos

¹²⁵ ADAVR, Aveiro, not. Duarte Silva, liv. 1075-2, 17 de Maio de 1901, fls. 10 v.º-12. No ano seguinte celebram uma sociedade de idêntica natureza.

¹²⁶ Os livros de actas da Câmara Municipal de Aveiro engrossam com os pedidos de obras; alguns dos mais belos edifícios *arte nova* são desta década, apesar do reduzido crescimento demográfico das duas freguesias da cidade: 1890, 8860 habitantes; 1900, 9979 habitantes; 1911, 11 523.

¹²⁷ Temudo (*op. cit.*, pp. 17-18).

alimentam a chama e o calor cozendo milhares de milhares de telhas e tijolos *que vão dali para distantes pontos deste importante centro industrial*¹²⁸.»

Para a construção da fábrica, Carlos Melo Guimarães e esposa cedem, por arrendamento, à sociedade uma parcela da quinta que possuíam na Fonte Nova, onde se encontrava a fábrica de louça¹²⁹. O terreno indispensável (uma área de 3475 m²) foi cedido por arrendamento, pelo prazo de cinco anos, em Maio de 1903, quando já se encontravam «construídos os barracões para a fábrica de telha de Marselha».

As instalações ficavam junto do canal da Fonte Nova, a cerca de 500 m da estação de caminho de ferro e a perto de 300 m da Fábrica Campos, fazendo uso do mesmo canal da ria, dos mesmos caminhos, e explorando barreiros contíguos. Podia, assim, receber as matérias-primas e expedir os seus produtos sem grandes custos, como aliciava os clientes que se dirigiam, de barco, à sua concorrente.

A empresa nasce com um capital social de 18 contos, dividido em «partes iguais, por cada sócio, a quantia de 13 500\$000, que os três sócios levantaram por empréstimo»¹³⁰.

No início de 1903 a imprensa local anota: «As novas instalações da fábrica estão a completar-se e em breve estarão em actividade os novos fornos [um forno de fogo contínuo] e o magnífico maquinismo que possui»¹³¹.»

A primeira fornada sai no início de Setembro de 1903¹³². Em Fevereiro de 1904 já a empresa tinha «nos seus importantes armazéns grande quantidade de telhas, tijolos, azulejos, etc.»¹³³, aumenta a gama de produtos e introduz melhoramentos «nas suas oficinas, tornando, assim, aquele estabelecimento um dos melhores no género no país». No mês seguinte, «a telha que ali se fabrica é de muito boa qualidade, e vai tendo largo consumo entre nós como para fora»¹³⁴.

Entre os credores avulta o nome João Pedro Soares, com um empréstimo no valor de 8 contos de réis¹³⁵. João Pedro Soares foi um «brasileiro» da Murtosa que disseminou dinheiro pela cidade e pela região — no Teatro Aveirense, no edifício da Escola de Desenho Industrial, na praia do Farol, no

¹²⁸ CP, n.º 5290, 31 de Outubro de 1903, p. 1.

¹²⁹ ADAVR, Aveiro, not. Pinheiro e Silva, liv. 1082-9, 27 de Maio de 1903, fls. 26 v.º-28 v.º.

¹³⁰ Id., *ibid.*, fls. 28 v.º-32.

¹³¹ «Fonte Nova», in CP, 21 de Janeiro de 1903, p. 1.

¹³² «Jornal local», in CP, n.º 5274, 5 de Setembro de 1903, p. 2.

¹³³ «Fonte Nova», in CP, 27 de Fevereiro de 1904, p. 1.

¹³⁴ «Empresa Ceramica da Fonte Nova», in OPA, n.º 1038, 6 de Março de 1904, p. 3. É então publicado o primeiro anúncio.

¹³⁵ ADAVR, Aveiro, not. Marques da Silva, liv. 782-143, 25 de Setembro de 1902, fls. 32-33 v.º.

novo hospital, na construção naval e pescas, na direcção da Caixa Económica de Aveiro, em sociedades de construção naval, pescas, etc.

O capital social permitiu a construção das «casas e barracões indispensáveis para a laboração da fábrica e se adquiriu também o maquinismo e mais utensílios necessários». A matéria-prima viria de um terreno adquirido três dias antes no lugar do Solposto, freguesia de Esgueira.

O «compromisso» com os Pereira Campos, já referido, mostra bem como o aparecimento desta empresa comprometia a sobrevivência da Jerónimo Pereira Campos & Filhos¹³⁶.

Em Junho de 1908, bem antes do término do «compromisso», a firma Melo Guimarães & Irmãos apresenta a declaração de falência. O balanço de 30 desse mês acusava um passivo de 29 556\$375, superior ao activo, de 27 067\$870, quando o valor da fábrica — instalações e máquinas — foi avaliado em 22 167\$385 réis.

Não são conhecidas as razões próximas da falência da empresa. Das causas apresentadas em tribunal pelo administrador da massa falida, além da constituição da sociedade com capital obtido por empréstimo, salientam-se as seguintes: «A necessidade de recorrer constantemente ao crédito para negociação de matérias-primas, máquinas e custeio do estabelecimento, comprando muitas vezes a longos prazos, a reforma sucessiva de letras pela impossibilidade de pagamento, de aumento sucessivo de juros que no fim de alguns anos, ou logo da sua instalação absorviam uma grande parte dos lucros da fábrica. Ausência de conhecimentos técnicos e mesmo imperícia da indústria de cerâmica, a concorrência e campanhas entre colegas da mesma indústria tornaram, a mesma, ao fim de 6 anos, insustentável a situação da fábrica¹³⁷.»

A verosimilhança das razões evocadas pode fazer esquecer que o administrador da massa falida — Albino Pinto de Miranda — tem uma postura de isenção duvidosa, dado o facto de se ter interessado de imediato pela aquisição de bens dos falidos¹³⁸. Mesmo assim, só não foram provadas a «ausência de conhecimentos técnicos e mesmo imperícia da indústria cerâmica».

2.3. CERÂMICA AVEIRENSE, 1914-1927

A razão da construção desta unidade junto do canal de São Roque, na parte norte da cidade de Aveiro, ficou a dever-se tanto à existência de boa e abundante matéria-prima como à acessibilidade do local — era servido pela ria e pelo caminho de ferro.

¹³⁶ Cf. Rodrigues (1990, pp. 181-183).

¹³⁷ ATA (1908, maço n.º 27, proc. n.º 2, fls. 347-348).

¹³⁸ Cf. Rodrigues (1990, pp. 182-184).

Os trabalhos de abertura do canal haviam tido início em 1900, depois dos insistentes pedidos da Associação Comercial de Aveiro e das goradas tentativas de 1887 e 1892. Com o canal procurava-se desviar o movimento de transporte de sal e pescado das ruas da cidade¹³⁹. Este canal tornar-se-ia, assim, uma alternativa ao canal do Cojo, atraindo diversas actividades económicas da região, tornando-se a segunda zona industrial da região¹⁴⁰.

Não se conhecem os contornos do divórcio entre João Pereira Campos e os seus três irmãos. Podendo encontrar motivos para essa cisão no seu carácter, na divergência de opiniões sobre questões familiares, as verdadeiras razões parecem estar relacionadas com o facto de ele ser republicano e *maçon*¹⁴¹. Note-se que a sociedade, celebrada entre os quatro irmãos — na verdade, uma partilha dos bens após a morte dos pais, que não deixaram testamento —, não se realizou em 1908 ou 1909, ou mesmo em 1910. Realiza-se no início de 1911. Com a instauração da República, seus irmãos Ricardo e Domingos são presos na cadeia da Relação, no Porto. Ricardo P. Campos ausentou-se de Aveiro durante muito tempo. Nas actas da assembleia geral da sociedade de 1912 é evidente o mal-estar que se sentia. João Pereira Campos põe em causa a gestão dos irmãos e estes acusam-no de ter negligenciado as tarefas de escrituração a seu cargo. É significativo que não exista uma única acta assinada pelos quatro irmãos. A ruptura consuma-se em Dezembro de 1912¹⁴².

Por escritura pública, João Pereira Campos e esposa vendem a seus irmãos a quarta parte da sociedade que possuíam na empresa por 12 000\$000 réis, «quantia que é de 1500\$000 réis para a parte imóvel aqui vendida (uma quarta parte de cada um dos prédios descritos) e o restante, ou 10 500\$000 réis, pelos respectivos direitos dos vendedores»¹⁴³.

O primeiro anúncio da nova fábrica de João Pereira Campos é publicado em Junho de 1914. Ali pode ler-se, em jeito de carta, que «o proprietário participa aos srs. mestres de obras, revendedores e ao público em geral que se encontra habilitado a satisfazer qualquer pedido de telha, tipo Marselha, e doutros, telhões, tijolos vermelhos e refractários, ladrilhos, azulejos, tubos de grés, cimentos, etc. etc.»¹⁴⁴.

No ano seguinte João Pereira Campos compra dois terrenos nas imediações da fábrica e do ramal do caminho de ferro de São Roque. Dois anos

¹³⁹ AHMA, liv. 726, fls. inums.

¹⁴⁰ «Melhoramentos», in *CP*, n.º 4951, 7 de Fevereiro de 1900, p. 1.

¹⁴¹ Quando João Pereira Campos morre, o ataúde foi coberto com as bandeiras do antigo Centro Eleitoral Republicano e dos Bombeiros Voluntários («João Pereira Campos», in *OD*, n.º 985, 16 de Julho de 1927, p. 2).

¹⁴² AFJPCJ, *Livro de actas*, 1912, fls. 1-4.

¹⁴³ ADAVR, Aveiro, not. Pinheiro e Silva, liv. 1125-52, fls. 5 v.º-7 v.º

¹⁴⁴ *OD*, n.º 328, 26 de Junho de 1914, p. 3.

depois envolve-se na fundação de uma outra empresa cerâmica na região de Viseu.

Mas João P. Campos não se fica apenas pela cerâmica. Em 1922 compra a dois serralheiros bem conhecidos na cidade a Serralharia Mecânica e Fundição de Ferro e Bronze, L.^{da}¹⁴⁵. No mês seguinte funda e torna-se gerente de uma outra serralharia e fundição de metais¹⁴⁶.

João Pereira Campos fora, com seu irmão Henrique, aluno da Escola Industrial de Aveiro¹⁴⁷. As informações disponíveis sobre a sua personalidade, qualidades e intervenção cívica datam dos primeiros anos da República.

Apesar da natureza dos discursos *post mortem*, atentemos nos aspectos revelados por dois testemunhos: João Pereira Campos era um «investigador e engenhoso, instintivamente inteligente», capaz de resolver «com facilidade intrincados problemas de diversas espécies». Acrescentava o articulista de *O Democrata*: «Apenas na vida teve duas preocupações: a da família e a do trabalho pelo qual, talvez, a sua excessiva dedicação abreviasse o termo da existência, já há muito ameaçada por um sofrimento cardíaco¹⁴⁸.»

Em 1930 a revista *ABC* referia-se-lhe nos seguintes termos: «Fundada há 17 anos por um só homem, com uma tenacidade férrea conseguiu, no pequeno espaço de um ano, fazer o edifício, fornos, chaminé e montagens¹⁴⁹.» E acrescentava: «Em Aveiro — e não só em Aveiro —, João Pereira Campos era respeitado e considerado como expoente máximo do trabalho. Foi pelo trabalho, pela sua tenacidade e esforço que conseguiu atingir o que atingiu, desenvolvendo de uma maneira extraordinária a sua fábrica montada com uns irrisórios 12 contos que recebeu de seus irmãos quando deles se desligou [...] Houve quem achasse ser tolice a compra de um morro de terra no Canal de S. Roque. O que não sabiam os que tal supunham é que João Pereira Campos, ao comprar esse morro, tinha já a absoluta certeza de que este continha uma mina enormíssima de barro de superior qualidade. A sua visão não o enganou. E assim, pouco depois, a juntar ao canal da ria, a C. P. construía um ramal de via férrea, facilitando, desta forma, a expedição dos produtos, quer por via terrestre, quer por via marítima.»

Coube à viúva, Severina Pereira Campos, e a seu filho Armando a continuidade do empreendimento, ainda que os restantes negócios tivessem sido abandonados. Só bem mais tarde, em 1953 e 1957, a empresa passaria, sucessivamente, a sociedade por quotas e sociedade anónima de responsabilidade limitada, passando o seu controle para a Fundação Roeder.

¹⁴⁵ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1696-31, 19 de Junho de 1922, fls. 44-45.

¹⁴⁶ Id., *ibid.*, fls. 92-94.

¹⁴⁷ Cf. Rodrigues (1995, p. 10).

¹⁴⁸ «João Pereira Campos», in *OD*, n.º 985.

¹⁴⁹ «Cerâmica Aveirense do Canal de S. Roque», in *ABC*, n.º 519, 26 de Junho de 1930,

2.4. DUARTE TAVARES LEBRE & COMPANHIA, 1913-1978

Em 1913 nasce uma nova empresa de cerâmica de construção. A sociedade é formada por seis dos dez filhos de uma família de proprietários e comerciantes com nome e peso político em Aradas e Quinta do Picado, região onde abundavam as olarias de barro vermelho e preto.

A fábrica seria construída junto do caminho de ferro, num terreno da Quinta do Olhão, limite do lugar de Quintãs, a cerca de 7 quilómetros a sul de Aveiro. Para isso os seus proprietários vão trocar parte de um prédio que possuíam por um outro próximo da estação do caminho de ferro, onde pretendiam instalar a fábrica¹⁵⁰. A área útil desse terreno seria depois, sucessivamente, ampliada com a aquisição de terrenos confinantes.

Em Fevereiro de 1912, após a morte do pai, Dr. José Tavares de Almeida Lebre¹⁵¹, os dez irmãos e mãe recebem metade da herança de sua tia paterna, falecida em 1908, e adquirem a outra metade por 1196\$500 réis¹⁵². A troca do terreno para a construção da fábrica realiza-se em Janeiro do ano seguinte. Sete meses depois, em 30 de Agosto de 1913, foi celebrada a escritura de constituição da sociedade Duarte Tavares Lebre & Companhia¹⁵³, com um capital social de 12 contos.

Refira-se que em 1912, exceptuando o mais velho, Amadeu Tavares da Silva Lebre, advogado e «oficial do Registo Civil de Ílhavo», todos os irmãos e irmãs eram solteiros e de maior idade. Dois deles, José Tavares Lebre — o único que não integra a sociedade — e Abílio Tavares Justiça, eram médicos, estudaram medicina em Paris e estabeleceram-se em Coimbra¹⁵⁴. Os restantes irmãos, António, Basílio, Carlos e Duarte, eram referidos, nesse ano de 1912, como estudantes. No ano seguinte o primeiro, autor de um livro sobre Eça de Queirós¹⁵⁵, já é referido como «veterinário» e os restantes (Basílio e Carlos Lebre ficaram-se pelos estudos liceais) como «proprietários».

¹⁵⁰ Esse terreno, de 2773 m², com um valor de 75\$000, era a quarta parte de uma propriedade herdada por seu pai, Dr. José Tavares de Almeida Lebre (ADAVR, Aveiro, not. Marques da Silva, liv. 841-196, 27 de Janeiro de 1927, fls. 18-19 v.º).

¹⁵¹ José Tavares de Almeida Lebre casara com uma filha de José Bernardo Balseiro, «ilustrado empregado do governo civil, a quem deixou a sua avultada fortuna» (CP, n.º 4780, 8 de Junho de 1898, p. 3).

¹⁵² Em 18 de Maio de 1908 morre D. Rosa Maria Tavares de Almeida Lebre. Os seus bens, ainda indivisos e em comum, em 1912, são herdados por seu irmão, Manuel Tavares de Almeida Maia, e sua cunhada e sobrinhos. Estes adquirem a outra metade da herança pela quantia ajustada de 1196\$500 (ADAVR, Aveiro, not. Marques da Silva, liv. 828-189, 3 de Fevereiro de 1912, fls. 18-19 v.º). Dessa herança apenas haviam vendido um terreno em Verdemilho no valor de 354\$995 réis (ADAVR, Aveiro, not. Marques da Silva, liv. 826-187, 14 de Novembro de 1911, fls. 18-19 v.º).

¹⁵³ ADAVR, Aveiro, not. Pinheiro e Silva, liv. 1127-54, fls. 1-4. A sociedade tinha validade por um prazo de vinte anos.

¹⁵⁴ A. T. Justiça era oftalmologista (cf. V, n.º 565, 10 de Fevereiro de 1906, p. 3).

¹⁵⁵ António Lebre, *Eça em Verdemilho*, Aveiro (ed. do autor), 1962.

O avô paterno, António Tavares de Almeida, que fora oficial do exército, é um dos últimos representantes da aristocracia da região. Casou com Rosa Maria Lebre, filha de proprietários rurais ligados ao poder local¹⁵⁶.

José Tavares Almeida Lebre, pai dos industriais em apreço, frequentou o Liceu de Aveiro no início da década de 1860¹⁵⁷ e formou-se em Direito. Há notícia de ter pugnado em 1886 pela construção da estrada da Quinta do Picado¹⁵⁸.

O nascimento da fábrica está imediatamente relacionado com o fim dos estudos de engenharia em Lisboa de Duarte Tavares Lebre (1888-1957). É ele, de facto, quem projecta e dirige a fábrica, ainda que formalmente isso só se verifique mais tarde¹⁵⁹. Esse facto é sublinhado pela distribuição dos «pelouros», como pela designação da sociedade.

O primeiro, o advogado Amadeu Tavares da Silva Lebre, responsável por todos os actos e contratos, é o «gerente» da sociedade, enquanto a « direcção técnica» ficou a cargo de Duarte T. Lebre. O facto de as quotas possuírem valor igual decorre do facto, referido pela escritura, de o capital integrar diversos «prédios em que todos também têm partes iguais». De qualquer modo refira-se que, dos seis irmãos, os que vivem diariamente os problemas da fábrica são o Duarte, o Amadeu e o Carlos.

No entanto, a escritura estipulava que «servirá de gerente e administrador da sociedade o sócio que em Assembleia Geral for nomeado e servirá por um ano social, podendo contudo ser reeleito sempre que a sociedade o entenda». Na condição 17.^a pode ler-se: «As deliberações da Assembleia Geral [convocada por qualquer sócio] são válidas e obrigam todos os sócios, sendo tomadas por dois terços dos sócios, isto é, tomadas pela pluralidade de votos, estando presentes dois terços. O Gerente tem voto de qualidade, e dele usará quando necessário.» Mais estipulava a escritura fundadora que «todos os cargos ou serviços que os sócios venham a prestar à sociedade serão gratuitos, podendo, contudo, a sociedade remunerar como e quando entender qualquer serviço prestado».

Na realidade, a «gerência» seria formalmente assegurada pelo Dr. Amadeu Lebre até 1917. Alegando não querer «abandonar o lugar de oficial do Registo Civil, em Ílhavo», e «reconhecendo que assim não podia prestar

¹⁵⁶ O bisavô materno, Gabriel da Silva Justiça, um dos maiores contribuintes do concelho de Aveiro em meados do século XIX, fora fiscal encarregado das contribuições indirectas.

¹⁵⁷ José Tavares de Almeida Lebre ficou aprovado nos exames de Julho de 1861 em Oratória, Poética e Literatura Clássica (AESJE, *Exames*, liv. 2, fl. 13).

¹⁵⁸ AHMA, *Actas*, liv. 23, fl. 84.

¹⁵⁹ Confessa em acta de 5 de Março de 1944 que foi ele quem «lançou a ideia da construção da fábrica». Duarte T. Lebre dirige a empresa de 1925 até à sua morte, em 1957, sendo substituído por seu filho, que se encontrava então a frequentar o 3.º ano de Agronomia (informação do Sr. Fernando T. Lebre).

à gerência e administração dos negócios da Fábrica a dedicação, actividade e cuidados que estes exigem», coloca o lugar à disposição¹⁶⁰. Seria substituído, a partir de Janeiro de 1918, por seu irmão Duarte, coadjuvado pelo contabilista Aldobrando Pessoa Leitão¹⁶¹. Em 1925 Duarte T. Lebre assume definitivamente a direcção única da sociedade¹⁶².

No final de 1914, a imprensa local informava que iam «muito adiantados os trabalhos de construção da fábrica de telha tipo marselhês, e acessórios, situada próximo da estação do caminho de ferro das Quintãs. É um grande edifício [de quatro pisos] que deve dar trabalho a muitos operários¹⁶³.»

No ano seguinte, quando a fábrica está já em plena laboração, a empresa adquire terrenos confinantes com o das instalações fabris¹⁶⁴. Nesse mesmo ano a imprensa local, republicana, elogiava «a boa cor, a óptima qualidade e fino acabamento dos materiais» da fábrica, lamentando que «a indústria não tenha entre nós o acolhimento que deveria ter». O articulista atribuía isso ao desprezo dos consumidores pelo que era *nacional* para, assim, exigir ao governo a subida de 400-500% das «taxas de alfândega»¹⁶⁵.

Em 1916, a fábrica adquire outros terrenos¹⁶⁶. O alargamento da área útil da fábrica continuaria nos anos seguintes¹⁶⁷, apesar das dificuldades sentidas em 1916-1917¹⁶⁸. O barro, de excelente qualidade, era extraído dos barreiros situados na Costa do Valado, a poucos quilómetros da fábrica. Para a «safra do barro» (transporte do barro para a fábrica, realizado no Verão), a empresa utilizava sete juntas de bois usadas no arrasto das redes, na praia da Costa Nova¹⁶⁹.

No início dos anos 20, quando a empresa abre uma representação no Porto, a fábrica é modernizada, e o seu activo rondava os 900 contos¹⁷⁰, os Tavares

¹⁶⁰ ACQ, *Actas*, 1 de Outubro de 1917, fl. 2.

¹⁶¹ Id., *ibid.*, fl. 2 v.º A. Pessoa Leitão ligou-se à sociedade por escritura de «interesse de 10% nos lucros» de 12 de Janeiro de 1918 e foi demitido em 1930 (ADAVR, not. Magalhães, liv. 502-78, fls. 23 v.º-25; ACQ, *Actas*, fl. 14).

¹⁶² *Ibid.*, fl. 7 v.º

¹⁶³ OD, n.º 350, 25 de Dezembro de 1914, p. 2.

¹⁶⁴ Um terreno de José André Estrela no valor de 200\$00 (ADAVR, Aveiro, not. Pinheiro e Silva, liv. 1134-61, 2 de Fevereiro de 1915, fls. 42-43).

¹⁶⁵ «A industria portuguesa», in OD, n.º 351, 1 de Outubro de 1915, p. 3.

¹⁶⁶ Duarte T. Lebre troca um terreno sito em Aradas por um outro confinante com o espaço da fábrica (ADAVR, Aveiro, not. Reis, 13 de Março de 1916, fls. 61-62 v.º). O mesmo e seu irmão Abílio venderam à sociedade dois terrenos que haviam herdado e que confrontavam com a linha férrea e os terrenos da fábrica (ADAVR, Aveiro, not. Pinheiro e Silva, liv. 1143-70, 12 de Agosto de 1914, fls. 31 v.º-33).

¹⁶⁷ Cf. ADAVR, Aveiro, Marques Silva, liv. 881-242, 2 de Maio de 1919, fls. 30-32; *ibid.*, Aveiro, Magalhães, liv. 532-108, 2 de Setembro de 1921, fls. 15 v.º-16 v.º; *ibid.*, liv. 533-109, fls. 20 v.º-21 v.º

¹⁶⁸ ACQ, *Actas*, fl. 3.

¹⁶⁹ A sua substituição por camionetas foi proposta em 1928 (ACQ, *Actas*, fl. 10 v.º).

¹⁷⁰ ACQ, *Balanços*, fls. 6 v.º-11.

Lebre vão envolver-se na fundação de outras empresas. A Duarte Tavares Lebre & C.^a participa, por sugestão do seu gerente, numa sociedade de comércio de mercearias, vinhos e adubos, em 1920, com 14,29% do capital¹⁷¹. Duarte Lebre e alguns dos seus irmãos envolver-se-iam, individualmente, na criação de uma outra sociedade, de conservas de sardinha, em 1921, com 56,25% do capital¹⁷². Seu irmão Carlos integra uma sociedade para a pesca de bacalhau, fundada em 1922 e dissolvida em 1924, com 12 000\$00 de quota.

Em 1926 a empresa fazia publicar anúncios com os preços dos inúmeros produtos que fabricava: telha marselha, telha *altkirch* (uma telha tipo marselha de maiores dimensões), cumes, cruzetas, pirâmides, clarabóias, lares para fornos e tijolaria diversa¹⁷³. Acrescente-se que, além da produção de cerâmica de construção, a fábrica tem uma secção de serração de madeiras e vende cimento. O objectivo era o de fornecer todos os materiais à construção civil na região.

O entusiasmo dos primeiros anos só seria refreado no início da década de 30 e especialmente depois, com o grande incêndio de 1944, nunca deixando de ser uma empresa familiar.

2.5. EMPRESA CERÂMICA VOUGA, L.^{DA}, 1920-1930

A existência de excelentes barreiros, a proximidade do caminho de ferro e o acaso de um casamento vão propiciar o nascimento de uma outra empresa de cerâmica de construção no início da década de 20 muito próxima da fábrica de Jerónimo Pereira Campos, Filhos.

Oficial do exército, Carlos Gomes Teixeira nasceu em Trás-os-Montes. No final da segunda década deste século conheceu a mulher com quem viria a casar em segundas núpcias, sobrinha de Anselmo Ferreira, um importante negociante de carnes e proprietário dos terrenos — a Quinta de Vilar — onde seria construída a fábrica.

Sem filhos, Anselmo Ferreira adoptou a sua sobrinha, órfã de pai, após as segundas núpcias da mãe. Um desvelado amor paternal pela sobrinha levava-o a estabelecer como condição do casamento da sobrinha com o militar transmontano, que ela conhecera no Luso, a fixação da residência do casal em Aveiro.

Carlos Gomes Teixeira, dotado de uma vontade férrea, muito empreendedor, «que não sabia estar parado», lança-se na criação da nova empresa com

¹⁷¹ A Sociedade de Mercearias, Vinhos e Adubos, L.^{da}, tinha um capital de 70 000\$00 (ADAVR, not. Reis, liv. 1433-73, fls. 12 v.º-15).

¹⁷² A Lebres, Miranda, L.^{da}, com o capital de 160 000\$00, foi constituída em 29 de Outubro de 1921 (ADAVR, not. Magalhães, liv. 533-109, fls. 15 v.º-18).

¹⁷³ Cf. OD, 13 de Março de 1926, p. 4.

a «bênção» do «sogro», Anselmo Ferreira. Pelas suas características, o horário de oficial do exército constituía, afinal, uma vantagem para a entrega ao projecto em que se envolveu.

Carlos Gomes Teixeira frequentou o Instituto Comercial do Porto. Depois, estudou Administração Militar na Escola do Exército. Na Primeira Guerra Mundial combateu pelos Aliados durante dois anos na Flandres e esteve em Angola outros dois.

Carlos Gomes Teixeira viajou pela Europa. Esteve na Alemanha e em França, onde visitou fábricas, que lhe forneceriam, mais tarde, o equipamento da sua. «Estudava, lia e aprendia como um autodidacta que era; discutia com a elevação de um engenheiro diversos problemas técnicos. Lia jornais diariamente. Assinava revistas francesas sobre cerâmica. O francês era a língua que melhor dominava¹⁷⁴.»

Carlos Gomes Teixeira militava a favor do grupo evolucionista de António José de Almeida. Esse facto permitiu aglutinar em seu redor um grupo numeroso de antigos monárquicos, como seu «sogro» e outros elementos da sociedade. Sublinho que um mês depois de se ter envolvido na criação da sociedade Carlos Gomes Teixeira é nomeado governador civil, lugar que voltaria a ocupar no início de 1927¹⁷⁵.

Esse facto talvez permita explicar por que, apesar da natureza da sociedade e da enorme dispersão do capital (27 sócios), Carlos Gomes Teixeira — fundador da empresa e seu principal dinamizador — é detentor da posição mais forte na empresa.

Alguns dos membros da sociedade já os encontramos em projectos antes referidos, como é o caso do comerciante Albino P. Miranda e do advogado António F. Duarte Silva, que também havia sido nomeado governador civil substituto em 1915. Integrando a sociedade, Anselmo Ferreira recusou-se a ser parte activa na mesma, deixando a sua direcção inteiramente ao «genro». De entre os militares referidos na escritura de fundação da sociedade sobressai o major Geraldês, que, segundo testemunhos familiares, era o «braço direito» de Carlos Gomes Teixeira. Caixa e guarda-livros, o «samaritano» Joaquim Geraldês teve um papel decisivo na empresa, ainda que a sua quota fosse diminuta. Fundou uma escola das primeiras letras na fábrica, onde ele próprio leccionava.

Alfredo Esteves, sobrinho de Anselmo Ferreira e proprietário do terreno confinante com o da fábrica, era um importante comerciante, bancário e armador da região. José Maria Soares era médico e militar, compadre de

¹⁷⁴ Informações do arquitecto Anselmo G. Teixeira e do Sr. José Luis Soares.

¹⁷⁵ O major Carlos Gomes Teixeira é governador civil em 9 de Outubro de 1920 e de novo em 27 de Fevereiro de 1927 (cf. «Relação dos governadores civis do distrito de Aveiro desde 1864 até à actualidade», in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, pp. 75-77).

Carlos Gomes Teixeira. As restantes pessoas indicadas integravam também os círculos em que se moviam Carlos Gomes Teixeira e Anselmo Ferreira.

Apesar de ter sido lavrada a escritura em Setembro de 1920, a fábrica não iniciou os trabalhos nessa altura. A primeira reunião da sociedade só se verificaria no final de 1921. Era objectivo dessa reunião, convocada pelo gerente, capitão Carlos Gomes Teixeira, «resolver o modo de se conseguirem fundos para a continuação das obras da Fábrica da mesma Empresa, e ainda deliberar sobre os vencimentos a abonar ao gerente»¹⁷⁶. A discussão sobre a forma de «se conseguirem fundos para a construção da fábrica» continuaria nos anos seguintes. O vencimento do gerente seria fixado em 1000\$00.

Em 1923 é convocada uma reunião para analisar a questão da «falta de capital para a conclusão das obras da Fábrica e seu apetrechamento sem o que esta não poderia laborar normal e economicamente». Para Carlos Gomes Teixeira «eram precisos ainda 250 000\$00 para se pôr a Fábrica em condições de trabalhar normalmente. Se esta quantia não fosse conseguida ou por aumento do capital social ou por empréstimo, era preferível paralisarem as obras para não se despendar mais dinheiro de que se não podia tirar lucro, por a fábrica não ficar em condições de o dar.»

A discussão sobre o empréstimo e o aumento do capital afastariam alguns dos sócios que, ou não queriam, ou não dispunham de capital para perfazerem os 500 contos julgados necessários para o normal funcionamento da fábrica. Essa quantia seria conseguida apenas em 1930, vindo a deter uma posição dominante Carlos Gomes Teixeira.

A criação da serralharia, primeiro, e da fundição, depois, ficou a dever-se à natureza do barro da região, que é «muito agressivo, muito gordo e difícil de misturar, muito exigente em termos tecnológicos. O desgaste das máquinas, especialmente na compressão, laminação e esmagamento era enorme.» Por outro lado, «não havia quem fizesse ou reparasse as diversas peças. As serralharias eram escassas».

À frente da serralharia ficaria o filho do primeiro matrimónio, o engenheiro António Pimenta G. Teixeira, coadjuvado por técnicos que Carlos Gomes Teixeira vai buscar ao Porto. O nível atingido pela fundição e pela serralharia parece ter sido elevado, pois chegou «a fabricar maquinaria sofisticada para a indústria de serração»¹⁷⁷.

A este propósito, dizia em 1930 a revista *ABC*: «Fundada em 1920 pelo seu actual proprietário e único Director-técnico, o nosso amigo sr. Carlos Gomes Teixeira, a Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}, no seu género, já não receia o confronto e a concorrência [...] Começou a explorar, há pouco tempo a esta parte, o ramo da Serralharia Mecânica e Fundição, para o que

¹⁷⁶ APFGT, *Livro de actas n.º I*, fls. 1-1 v.º

¹⁷⁷ Depoimento do arquitecto Anselmo Gomes Teixeira.

contratou mais pessoal, pretendendo neste ramo industrial sair da rotina que geralmente se segue no nosso País¹⁷⁸.»

Além da fundição, serralharia, mecânica e forjas, a fábrica viria a produzir nos primeiros anos, no domínio da cerâmica, telha Marselha, telha Progresso e telha Vouga, «que imita a telha antiga, mas com encaixes como o de Marselha»¹⁷⁹.

3. CONCLUSÃO

No período de estagnação que medeia entre 1891 e 1913 foram fundadas no concelho de Aveiro uma fábrica de barro branco e três de barro vermelho. Uma destas acabou por sucumbir. No período seguinte, entre 1914 e 1924, nasceriam três unidades de louça e azulejo e duas de cerâmica de construção.

1. Fábricas de louça e azulejo

Fábricas	Data	Freguesia
Fábrica de Louça da Fonte Nova	1882	Glória, Aveiro.
Fábrica de Louça dos Santos Mártires	1905	Glória, Aveiro.
Empresa de Louça e Azulejos, L. ^{da}	1919	Glória, Aveiro.
Empresa Olarias Aveirense, L. ^{da}	1922	Glória, Aveiro.
Vitória & Irmão, L. ^{da}	1923	Aradas, Aveiro.

2. Fábricas de cerâmica de construção

Fábricas	Data	Freguesia
Jerónimo Pereira Campos, Filhos	1896	Glória, Aveiro.
Empresa Cerâmica da Fonte Nova	1903	Glória, Aveiro.
Fábrica de João Pereira Campos	1913	Vera Cruz, Aveiro.
Duarte Tavares Lebre & Companhia	1913	Quintãs, Aveiro.
Empresa Cerâmica Vouga, L. ^{da}	1920	Vera Cruz, Aveiro.

Situação um pouco idêntica verificou-se nas regiões envolventes, ricas em matérias-primas. Das oito unidades criadas a partir de 1904 — ainda que quase todas de barro vermelho —, duas nasceram durante a grande guerra e

¹⁷⁸ «A indústria de cerâmica», in *ABC*, n.º 519, 26 de Junho de 1930, p. 25.

¹⁷⁹ Texto frequente nos anúncios publicados na imprensa.

três no pós-guerra. A falta de dados de natureza idêntica impede, por agora, o confronto noutros domínios.

3. Fábricas das regiões envolventes

[QUADRO N.º 3]

Fábricas	Data	Concelhos
Abílio Rocha & Irmãos	1904	Oliveira do Bairro.
Companhia Ind. e Com. Vaguense	1913	Vagos.
Cerâmica Progredior	1913	Águeda.
Fernando Ribeiro Guerra	1913	Águeda.
Guerra & Cruz, L. ^{da}	1916	Águeda.
Empresa Cerâmica Fojo, L. ^{da}	1918	Albergaria-a-Velha.
Arcanjo de Figueiredo	1922	Águeda.
António de Sousa Carneiro	1923	Águeda.
Simões & Antunes, L. ^{da}	1924	Águeda.

A natureza da conjuntura da guerra e do pós-guerra — marcada pelos «efeitos combinados da crise de escassez e do aumento da oferta monetária»¹⁸⁰ — fez-se sentir nas empresas então criadas, especialmente nas de barro branco. No domínio do barro vermelho registou-se o aparecimento de uma unidade e o reforço da capacidade produtiva das outras.

As fábricas de cerâmica do concelho de Aveiro foram instaladas, primeiramente, junto do esteiro do Cojo, canal da ria que separa as duas freguesias da cidade. As exceções foram a Fábrica de Louça dos Santos Mártires, até 1917, e a Cerâmica Aveirense, instalada nas margens do canal de São Roque. Refira-se que, quer o canal do Cojo, quer o canal de São Roque — aberto na primeira década deste século¹⁸¹ —, estabeleciam ligação entre o mercado tradicional, acessível pela ria, e os mercados servidos pelo caminho de ferro. Apenas duas unidades se situam em Aradas e Quintãs, localidades também servidas pelo caminho de ferro, onde durante séculos predominaram as olarias.

A existência de abundante e variada matéria-prima na área em que as fábricas foram instaladas constituiu outro factor determinante para a sua localização e fundação.

As ligações comerciais com o Porto contribuem para o nascimento das empresas cerâmicas do concelho, especialmente da Fábrica de Louça da Fonte Nova, da Jerónimo Pereira Campos & Filhos, da Fábrica de Cerâmica e Seração das Quintãs e da Cerâmica Vouga. Sob este ponto de vista, os percursos biográficos dos seus fundadores jogam aqui um papel incontornável.

¹⁸⁰ Mata e Valério (1994, p. 182).

¹⁸¹ «Inauguraram-se ante-hontem os trabalhos para a abertura do canal de S. Roque [...]» (CP, n.º 4951, 7 de Fevereiro de 1900, p. 1).

As unidades de cerâmica utilitária e decorativa no período considerado possuem uma escassa mecanização e são muito dependentes da flutuação da mão-de-obra especializada. Não admira, pois, que todas elas tenham incluído nas escrituras fundadoras cláusulas que interditavam os seus pintores e modeladores de executarem tarefas fora do âmbito das sociedades de que faziam parte. A disputa de modeladores e pintores constituiu um elemento de forte perturbação na vida das unidades de louça e azulejo decorativos. Os capitais envolvidos, bem como o volume da mão-de-obra, foram, também por isso, sempre inferiores aos da cerâmica de construção.

Sem valores comparativos directos ou indirectos seguros, fica por agora a ideia de que a cerâmica de barro branco, nos moldes em que era praticada, era menos remuneradora do que a cerâmica de barro vermelho, especialmente a do fabrico de telha, tijolo e azulejos de revestimento, ainda que seja significativo o número de unidades surgidas nos anos pós-guerra. Essa foi certamente a razão da criação da Empresa Cerâmica da Fonte Nova. Explicar-se-á, assim, a estratégia da Fábrica Aleluia ao aliar à produção de cerâmica doméstica, utilitária e artística o fabrico de cerâmica de construção — azulejo de revestimento, mosaicos, grés, produtos sanitários, etc.? Noutros casos, essa estratégia foi prosseguida com a venda de outros produtos da construção civil (mosaicos, cimentos, etc.). Especialmente nas unidades de barro vermelho, são esboçadas estratégias de integração — à cerâmica de construção juntam-se outras actividades, como a fundição, a serralharia e a serração de madeiras.

No domínio da cerâmica de construção sobressai a Jerónimo Pereira Campos, Filhos. É a única empresa que se transforma em sociedade anónima, ainda que não se tenha verificado a separação entre propriedade e controle. A família Pereira Campos só perderia o controle da empresa em meados da década de 60. A evolução desta unidade nas primeiras décadas parece provar que é no sector do barro vermelho que são investidos os capitais mais significativos e remuneradores. É igualmente neste sector que se faz sentir um maior peso da tecnologia e se verifica o nascimento de uma organização industrial moderna.

Se exceptuarmos o capital social da Empresa Olarias Aveirense, L.^{da} (60 000\$00), da Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da} (251 000\$00) e das Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, S. A. R. L. (2 700 000\$00) — mesmo assim, valores empolados pela elevada inflação registada no pós-guerra —, os valores inicialmente investidos são diminutos, se comparados com o capital das sociedades de outros sectores, nomeadamente na construção naval, na pesca, nas conservas de peixe, na moagem, ou nos negócios de gado bovino, chicória — onde desde o início do século eram frequentes as sociedades com capitais sociais superiores¹⁸².

¹⁸² Após 1918, no domínio das pescas e da construção naval, nascem algumas empresas com capitais que chegam a ultrapassar as duas centenas de contos. A maior é a Companhia Aveirense de Navegação e Pescas, fundada em 1918, com um capital de 1000 contos.

Atentemos agora nas características sócio-profissionais dos indivíduos envolvidos na fundação e direcção destas unidades. Na formação das dez sociedades participam 84 pessoas diferentes (10 envolvem-se na criação de duas ou mais sociedades), a que se adicionam 5 mulheres. O maior número é composto pela Empresa Cerâmica do Vouga, L.^{da} (27), pelas Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, S. A. R. L. (24) e pela Empresa Olarias Aveirense, L.^{da} (11).

Mas, se dermos atenção aos dirigentes, contaremos: 10 «gerentes», 8 «directores técnicos», 3 responsáveis pela «escripturação», 3 «caixas», 1 «administrador», um «administrador-delegado», 2 vogais do conselho de administração e um «director-gerente». A direcção das empresas era geralmente dividida em dois tipos de competências: «técnica» e «comercial». Essa imprecisa «departamentalização» e as inerentes hesitações terminológicas testemunham mais o declínio da importância do mestre de cerâmica (pintor ou modelador) e a concomitante emergência da direcção unitária (forma em U), do «capitão de indústria», ainda que no quadro definido pela legislação por que se regulavam as sociedades. Mudança mais evidente no subsector do barro vermelho do que no do barro branco, onde o empresário só muito lentamente deixou de ser o pintor principal, onde as *oficinas* mais lentamente deram lugar à *fábrica*.

Se atendermos à hierarquização desses cargos e procurarmos conhecer o número dos dirigentes, contaremos apenas 16 indivíduos, embora a natureza das sociedades não lhes tivesse permitido, em alguns casos, a afirmação clara nos primeiros anos, ou diluísse formalmente a sua importância na fundação e desenvolvimento posterior das empresas. Apesar da escassez de dados, pode afirmar-se que a formação base e a proveniência profissional desses industriais é muito variada antes e depois da primeira guerra. A sua origem profissional, sendo diversificada, permite concluir que cerca de metade está diversamente ligada à actividade cerâmica.

4. Profissões e habilitações dos industriais de cerâmica

4.1. Ocupações	Número	Porcentagem	4.2. Habilitações	Número	Porcentagem
Negociantes	2	12,50	Curso de cerâmica	3	16,75
Encadernadores	1	6,25	Curso do liceu	2	12,50
Marceneiros	2	6,25	Curso de Direito	1	6,25
Merceeiros	1	6,25	Curso de Engenharia	1	6,25
Mestres de obras	1	6,25	Curso politécnico	1	6,25
Oficiais do exército	1	6,25	Curso de Medicina	1	6,25
Oleiros	2	12,50	—	—	—
Pintores cerâmicos	2	12,50	—	—	—
Proprietários	4	25,00	Desconhecida	7	43,75

Bem maior é a diversidade sócio-profissional dos restantes proprietários no momento da fundação das sociedades. Atentemos no quadro.

5. Diversidade sócio-profissional dos sócios fundadores

Ocupações	Número	Porcentagem	Ocupações	Número	Porcentagem
Negociantes	23	21,9	Lavradores	3	2,9
Industriais	15	14,3	Marceneiros	2	1,9
Proprietários	15	14,3	Professores	2	1,9
Operários cerâmicos	12	11,4	Prestamista	1	0,9
Advogados, juizes	10	9,5	Empregados públicos	1	0,9
Médicos	7	6,7	Cortadores	1	0,9
Oficiais do exército	4	3,8	Encadernadores	1	0,9
Bancários	4	3,8	Mestres de obras	1	0,9
Engenheiros	3	2,9	Sapateiros	1	0,9

Note-se que a denominação de «proprietários» cobre um leque variado, que vai dos lavradores ricos ou funcionários públicos até aos «capitalistas» (termo vago também), o que permite dizer que esse grupo e o dos «negociantes», médicos, advogados e veterinários representam mais de metade dos societários recenseados. A sua participação deve ser correlacionada com a forte depreciação da moeda do pós-guerra e com a natureza das sociabilidades locais. Outro grupo importante, constituído pelos ex-operários (pintores e modeladores, especialmente), representa cerca de 11,4% do total. Com a designação de «industriais» foram contados 15 indivíduos, embora em situações anteriores tivessem sido registados com ocupações diferentes.

Todas as empresas viveram sempre com enormes dificuldades de tesouraria, menos a Jerónimo Pereira Campos, Filhos, L.^{da}, do que as restantes. O recurso ao crédito (hipotecário) foi muito frequente. Para o equipamento técnico das fábricas, os industriais recorreram ao crédito, primeiro, de particulares (comerciantes e regressados do Brasil), depois, de instituições diversas.

A consciência da dimensão do risco no investimento na indústria não escapou aos observadores coevos; em 1913, antes ainda dos períodos de *inflação lenta* (1914-1919) e *rápida* (1919-1924)¹⁸³, podia ler-se num periódico local a propósito das dificuldades sentidas na criação de uma fábrica de refinação de sal: «Quem pode e tem meios suficientes recolhe-se caseiramente e vai empregar a sua ‘actividade’ no banal empréstimo de 6%, coisa muito

¹⁸³ Franco (*in* Medina, 1993, p. 216).

cómoda e garantida. *Há, entretanto, algumas pessoas de rasgada iniciativa e actividade, mas na sua maioria sem o capital para um grande desenvolvimento [...]* Se fossem consultar algumas pessoas de dinheiro, a fim delas entrarem como societárias da nova fábrica de sal, obteriam logo como resposta de que não estavam para arriscar os seus capitais¹⁸⁴.» Os magros proventos da actividade industrial parecem ter inibido os maiores capitalistas da região, que se mostraram pouco interessados no investimento na indústria, menos ainda na cerâmica.

A verdade é que surgem apenas três industriais de cerâmica no pós-guerra — os irmãos Vitória e Carlos Gomes Teixeira, da Empresa Cerâmica Vouga. Se exceptuarmos a de Jerónimo Pereira Campos, Filhos, todas as empresas são dirigidas no período considerado neste estudo por indivíduos da primeira geração (refira-se que nenhuma delas sobreviveria à terceira geração).

Nas sociedades com elevado número de sócios nenhum dos investidores assume posição esmagadora. Apenas 22,9% das quotas são iguais ou superiores a 10 000\$00 e nenhuma ultrapassa os 55 000\$00. Percentualmente, apenas 3 (2,9%) detêm a totalidade do capital e 9 (8,6%) metade ou mais de metade do capital. As quotas com menos de 10% do capital representam 56,2% do total.

Apesar da diversa natureza das sociedades referidas, as estratégias dos seus dirigentes seriam conduzidas no sentido do reforço da posição das suas famílias nas empresas. Poucos anos volvidos, todas as empresas estariam nas mãos dessas famílias. Todos os empresários referidos projectam a continuidade da empresa sob o controle de um (ou mais) dos seus filhos, embora só tenham sido substituídos após a morte. A Fábrica Aleluia foi dirigida pela família Aleluia até ao início da década de 70; a família Pereira Campos só perdeu o controle da empresa na década de 60; com a morte de João Pereira Campos, a direcção da empresa seria assegurada pela viúva, primeiro, e pelo filho, depois; a família Gomes Teixeira manteve a direcção e a propriedade da Empresa Cerâmica Vouga até à década de 80. Os irmãos de Duarte Tavares Lebre ceder-lhe-iam as quotas «a fim de não entrarem na sociedade elementos estranhos à família»¹⁸⁵. O mesmo se passou com a Fábrica de Louça da Fonte Nova ou com a fábrica dos irmãos Vitória.

Importa sublinhar também que os alinhamentos políticos, as sociabilidades dos diversos empresários, explicarão alguns aspectos do nascimento como da evolução dos negócios destas unidades cerâmicas. Mas o contrário também é verdade: a ascensão social dos industriais de cerâmica — os ex-operários incluídos — fê-los chegar às cadeiras do poder municipal, da

¹⁸⁴ *O Progresso*, n.º 25, 21 de Julho de 1913, p. 2.

¹⁸⁵ ACQ, *Actas*, 24 de Fevereiro de 1935, fl. 19 v.º

direcção das associações locais, permitindo-lhes moldar, de algum modo, as políticas de desenvolvimento local.

Por fim, refira-se que nenhum dos patrões referidos, pelo menos no período considerado, parece ter feito construir qualquer grande palacete. A cidade ainda hoje pode contar com alguns belos imóveis edificadas a expensas de «brasileiros», médicos, advogados, negociantes e proprietários rurais.

Se exceptuarmos alguns artigos atribuídos quer a Carlos Aleluia, quer a seu irmão Gervásio, nenhum outro industrial de cerâmica utiliza a imprensa local como tribuna de defesa dos seus interesses. Essa defesa ficou sempre a cargo de terceiros. O melhor exemplo é-nos dado pela forma como se exprimem face à formação ministrada na Escola Industrial de Aveiro.

No domínio do associativismo, os poucos casos conhecidos parecem denunciar o envolvimento destes industriais em associações com características mutualistas, de pendor interclassista.

ANEXO

FÁBRICA DE LOUÇA DA FONTE NOVA – I

1 de Janeiro de 1882 (a)

Capital: 4000\$00 (b).

Sede: Largo da Fonte Nova, Aveiro.

[QUADRO I]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
Luis da Silva Melo Guimarães .	Proprietário .	Gerente	2 000\$000	50
Norberto Ferreira Vidal (c) . . .	Negociante. .	—	2 000\$000	50

(a) Data do início do prazo do contrato de arrendamento do terreno para construção da fábrica.

(b) Valor estimado a partir do valor da quota de um dos sócios.

(c) Em Fevereiro de 1886 a quota de Norberto Ferreira Vidal é cedida a João Gonçalves Gamelas (ADAVR, not. Fortuna, liv. 701-62, fls. 1-3, e liv. 710-71, fls. 1-2).

FÁBRICA DE LOUÇA DA FONTE NOVA – II

8 de Maio de 1886

Capital: 4000\$00.

Sede: Largo da Fonte Nova, Aveiro.

[QUADRO II]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
Carlos Silva Melo Guimarães (a)	Comerciante .	Gerente	4 000\$00	100

(a) Adquiriu as quotas de seu irmão Luis e de João Gonçalves Gamelas (*ibid.*, liv. 710-71, fls. 65 v.º-66 v.º).

FÁBRICA DE LOUÇA DA FONTE NOVA – III

31 de Julho de 1908 (a)

Firma: Manuel Pedro da Conceição & Companhia.

Sociedade: sociedade comercial em nome colectivo.

Objecto: «exploração da fábrica de louça e produtos correlativos».

Capital: 12 000\$00 (b).

Sede: Largo da Fonte Nova, Aveiro.

[QUADRO III]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
Manuel Pedro da Conceição .	Pintor	Direcção técnica . . .	6 000\$000	50
Albino Pinto de Miranda . . .	Negociante	Direcção comercial .	6 000\$000	50

(a) Data da apresentação da falência. A nova sociedade só seria legalizada em 18 de Março de 1914.

(b) Capital «constituído pelo edificio da fábrica, terrenos anexos e pertencas, máquinas, fornos, formas e demais prestes da fábrica de louça existentes no mesmo edificio, tudo pertencente aos outorgantes em partes iguais, como em partes iguais fica pertencendo o capital de 12 000\$000» (ADAVR, not. Pinheiro e Silva, liv. 1128-55, fls. 37 v.º-39 v.º).

FÁBRICA DE LOUÇA DA FONTE NOVA – IV
18 de Março de 1916

Objecto: «exploração da fábrica de louça e produtos correlativos».

Capital: 18 000\$00.

Sede: Largo da Fábrica, Aveiro.

[QUADRO IV]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
Manuel Pedro da Conceição . . .	Proprietário .	Gerente	9 000\$000	50
Manuel Tomáz Vieira Júnior . . .	Negociante. .	—	9 000\$000	50

ADAVR, not. Pinheiro e Silva, liv. 1132-69, fls. 27 v.º-30 v.º

FÁBRICA DE LOUÇA DA FONTE NOVA – V
16 de Junho de 1919

Objecto: «exploração da fábrica de louça e produtos correlativos».

Capital: 18 000\$00.

Sede: Rua da Fábrica, Aveiro.

[QUADRO V]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
Manuel Pedro da Conceição . . .	Industrial	Gerente	18 000\$000	100

ADAVR, not. Reis, liv. 1427-67, fls. 32 v.º-33 v.º

FÁBRICA DE LOUÇA DOS SANTOS MÁRTIRES
14 de Fevereiro de 1905 (a)

Firma: João Aleluia & Companhia (b).

Sociedade: «sociedade de capital e indústria».

Objecto: «fabricação de louça de uso comum e utilidade imediata».

Capital: 1250\$00.

Sede: Largo Conselheiro Queirós, Aveiro.

[QUADRO VI]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
João Pinho das Neves Aleluia .	Artista	Administrador	250\$000	20
Feliciano P. das Neves Aleluia .	Artista	—	250\$000	20
João Bernardo Júnior	Artista	—	250\$000	20
António de Lima	Artista	—	250\$000	20
João Gonçalves	Artista	—	250\$000	20

(a) «Cada um dos sócios entra para a caixa social com o capital de 250\$000 e, além disso, com a sua indústria e aptidões entre os sócios conhecidas» (ADAVR, not. Gaspar, liv. 34, fls. 8 v.º-10 v.º).

(b) Em 24 de Abril de 1906 dissolve-se a sociedade e João Aleluia torna-se seu único proprietário (ADAVR, not. Peixinho, liv. 37, fls. 9-11).

EMPRESA DE LOUÇA E AZULEJO, L.^{DA}

28 de Novembro de 1919

Firma: Empresa de Louças e Azulejos, Limitada.

Sociedade: «sociedade por quotas de responsabilidade limitada».

Objecto: «exploração da indústria e fabrico de louças e azulejos».

Capital: 25 000\$00 (a).

Sede: Rua da Fábrica, Aveiro.

[QUADRO VII]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Porcentagem
Manuel Tomás Vieira Júnior . .	Proprietário	Gerente	(d) 4 000\$00	16
Dr. André dos Reis	Advogado e notário .	—	4 000\$00	16
Pompeu N. Costa Alvarenga (b) .	Agente bancário . . .	Caixa e escriturário (c)	(d) 4 000\$00	16
João André da Paula Dias (b) .	Lavrador e fundidor .	—	(d) 4 000\$00	16
João da Cruz Bento	Negociante	—	3 000\$00	12
José Ferreira de Barros (b) . . .	Modelador	Direcção técnica	(d) 2 000\$00	8
Francisco Luís Pereira	Pintor cerâmico . . .	Direcção técnica	(d) 2 000\$00	8
Licínio Pinto da Silva (b)	Pintor cerâmico . . .	Direcção técnica	(d) 2 000\$00	8

(a) «Tendo já cada um dos sócios entrado com 50% da sua quota em dinheiro». Do exercício «aplicar-se-ão 20% para fundo de reserva sempre que ele esteja por preencher.»

(b) Com as respectivas mulheres.

(c) Agente do Banco Popular Português.

(d) Elementos que adquiriram em comum, por escritura pública de 13 de Novembro de 1919, os prédios de casas e quintal onde se instalou a fábrica (ADAVR, not. Leal, liv. A8, fls. 26-27).

EMPRESA OLARIAS AVEIRENSE

4 de Dezembro de 1922

Firma: Empresa Olarias, Limitada.

Sociedade: «sociedade por quotas de responsabilidade limitada».

Objecto: «exploração da indústria de louças e azulejos».

Capital: 60 000\$000 (a).

Sede: Rua das Olarias, Aveiro.

[QUADRO VIII]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Porcentagem
Albino Pinto de Miranda	Negociante	—	10 000\$00	16,66
Manuel Ferreira da Rocha Leitão (b)	Negociante	Gerente	10 000\$00	16,66
Manuel Fernandes Vieira Júnior . .	Negociante	—	6 000\$00	10,00
Dr. António F. Duarte Silva	Advogado	—	5 000\$00	8,33
Júlio Martins de Almeida	Proprietário	Gerente	5 000\$00	8,33
António Marques de Almeida	Sapateiro	—	5 000\$00	8,33
Artur Augusto dos Santos Lobo . . .	Prestamista	—	5 000\$00	8,33
António Vieira dos Santos Júnior . .	Lavrador	—	4 000\$00	6,66
Gil Ferreira da Silva	Cortador	—	4 000\$00	6,66
João Inácio de Matos	Oleiro	Gerente	3 000\$00	5,00
Manuel Nunes Salgueiro	Oleiro	—	3 000\$00	5,00

(a) «Tendo já cada um dos sócios entrado com 50% da sua quota em dinheiro».

(b) Comprou o edificio da fábrica, em 1919, por 1500\$00, e que depois alugaria, à sociedade (ADAVR, not. Leal, liv. 34, fls. 42-45 v.º).

FÁBRICA DE LOUÇA DE VITÓRIA & IRMÃO
19 de Setembro de 1922

Firma: Vitória & Irmão.
Sociedade: «sociedade em nome colectivo».
Objecto: «exploração da indústria e fabrico de louças de qualquer espécie».
Capital: 15 000\$00 (a).
Sede: Rua das Leirinhas, Aradas.

[QUADRO IX]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
Manuel Gonçalves da Vitória (b) . .	Oleiro	Gerente	5 000\$00	50
João Gonçalves da Vitória Machado .	Oleiro	Escrituração .	5 000\$00	50

(a) «O capital é de 15 000\$00, fornecendo cada um dos sócios 5000\$00 em dinheiro, e 2500\$00 representados pelo valor de uma casa térrea e quintal que eles em comum e partes iguais possuem no lugar das Leirinhas».

(b) Com sua mulher, Anunciação de Jesus Gomes (ADAVR, not. Leal, liv. 1698-33, fls. 4-6).

JERÓNIMO PEREIRA CAMPOS & FILHOS
15 de Janeiro de 1907 (a)

Firma: Jerónimo Pereira Campos & Filhos.
Sociedade: «sociedade em nome colectivo».
Objecto: «exploração da indústria e comércio de olaria e de cerâmica».
Capital: 15 000\$00.
Sede: Agras, Aveiro.

[QUADRO X]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
Jerónimo Pereira Campos	Industrial	Gerente (b) . .	7 500\$00	50,6
Ricardo Pereira Campos	Comerciante . .	—	1 875\$00	12,5
Domingos Pereira Campos	Industrial	Caixa.	1 875\$00	12,5
Henrique Pereira Campos	Industrial	—	1 875\$00	12,5
João Pereira Campos	Industrial	Escrituração .	1 875\$00	12,5

(a) Data da legalização da sociedade fundada em 10 de Outubro de 1896.

(b) Mas «são todos administradores e gerentes da sociedade» (ADAVR, not. Pinheiro e Silva, liv. 25, fls. 40 v.º-42 v.º).

JERÓNIMO PEREIRA CAMPOS, FILHOS
11 de Fevereiro de 1911

Firma: Jerónimo Pereira Campos, Filhos.
Sociedade: «sociedade de responsabilidade solidária e ilimitada».
Objecto: «exploração de uma fábrica de telha tipo Marselha».
Capital: 30 000\$00.
Sede: Agras, Aveiro.

[QUADRO XI]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
Henrique Pereira Campos . .	Industrial	Direcção técnica	7 500\$00	25
João Pereira Campos	Industrial	Escrituração	7 500\$00	25
Domingos Pereira Campos .	Industrial	Direcção financeira (a)	7 500\$00	25
Ricardo Pereira Campos . .	Comerciante . .	Caixa	7 500\$00	25

(a) «Ficam-lhe pertencendo todos os negócios que digam respeito a operações bancárias e à colocação de produtos quando porventura a produção exceder a procura» (ADAVR, not. Pinheiro e Silva, liv. 45, fls. 17v.-21v.).

FÁBRICAS JERÓNIMO PEREIRA CAMPOS, FILHOS, S. A. R. L.

27 de Março de 1923

Firma: Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, S. A. R. L.

Sociedade: sociedade anónima de responsabilidade limitada.

Objecto: «fabrico de telha tipo Marselhês, tipos Sucesso e Português (estes devidamente registados), tijolos e outros quaisquer produtos cerâmicos».

Capital: 2 700 000\$000 (a).

Sede: Agras, Aveiro.

[QUADRO XIII]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Porcentagem
Domingos Pereira Campos	Industrial	Conselho de administração (b)	50 000\$00	1,85
Ricardo Pereira Campos	Industrial	—	50 000\$00	1,85
Henrique Pereira Campos	Industrial	—	50 000\$00	1,85
Luís Mourão Mendonça Corte Real . .	Industrial	—	50 000\$00	1,85
Duarte Vaz Pinto Correia da Rocha . .	Bancário do BNU	—	50 000\$00	1,85
Dr. Alberto Souto	Advogado	—	50 000\$00	1,85
António Henriques Máximo Júnior . .	Comerciante	—	50 000\$00	1,85
João Luís Flamengo	Escrivão	—	50 000\$00	1,85
Dr. José Vieira Gamelas	Médico	—	50 000\$00	1,85
Dr. Lourenço Peixinho	Médico	Conselho de administração.	50 000\$00	1,85
Silvio da Rocha Salgueiro (c)	Gerente bancário	—	50 000\$00	1,85
Francisco A. Silva Rocha	Professor (d)	Substituto do conselho de administração.	50 000\$00	1,85
Alexandre Almeida (e)	Proprietário	—	40 000\$00	1,48
Dr. José de Azevedo e Moura (f) . . .	Proprietário	—	40 000\$00	1,48
Dr. Querubim R. Vale Guimarães . . .	Advogado	—	40 000\$00	1,48
Eng. Armando Castel-Branco Prisco (g).	Engenheiro	—	40 000\$00	1,48
Eng. Vasco Peixoto Taveira (g)	Engenheiro	—	40 000\$00	1,48
Eng. Teotónio dos Santos Rodrigues (g).	Engenheiro	Conselho de administração.	40 000\$00	1,48
Álvaro Árias (g)	Gerente bancário	—	40 000\$00	1,48
Casimiro Jerónimo de Faria (g)	Proprietário	Substituto do conselho de administração.	40 000\$00	1,48
Joaquim do Vale Cabral (g)	Capitalista	Substituto do conselho de administração.	40 000\$00	1,48
Dr. Egas Ferreira Pinto Basto (g)	P. universitário	—	15 000\$00	0,56
Manuel Maria Moreira	Comerciante	—	15 000\$00	0,56
Pompeu da Costa Pereira	Comerciante	—	10 000\$00	0,37
Banco Regional de Aveiro	—	—	10 000\$00	0,37

(a) O capital integra o activo da Jerónimo Pereira Campos, Filhos, no valor de 1 700 000\$00.

(b) «A sociedade é dirigida e administrada por um conselho de administração composto por três vogais efectivos e três substitutos».

(c) Banco Regional de Aveiro.

(d) Director da Escola Industrial de Aveiro.

(e) Residente em Lisboa.

(f) Residente em Braga.

(g) Residentes no Porto (ADAVR, not. Magalhães, liv. 24, fls. 14 v.º-27).

EMPRESA CERÂMICA DA FONTE NOVA
27 de Maio de 1903

Firma: Melo Guimarães & Irmãos.

Sociedade: «sociedade comercial em nome colectivo».

Objecto: «exploração de barro e a sua transformação em telha marselha».

Capital: 18 000\$00 (a).

Sede: Rua da Fonte Nova, Aveiro.

[QUADRO XIII]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
Carlos da Silva Melo Guimarães .	Industrial	Gerente . .	6 000\$00	33,33
Luís da Silva Melo Guimarães . .	Proprietário	Gerente . .	6 000\$00	33,33
António Carlos Melo Guimarães .	Conservador de registo predial .	—	6 000\$00	33,33

(a) «O capital social é de 18 000\$000, do qual entrou já, em partes iguais, por cada sócio, a quantia de 13 500\$000, que os três sócios levantaram por empréstimo» (ADAVR, not. Pinheiro e Silva, liv. 1082-9, fls. 28 v.º-32 v.º).

CERÂMICA AVEIRENSE
30 de Agosto de 1913

Objecto: «fabricação de telhas tipo Marselha e produtos correlativos».

Capital: 12 000\$00.

Sede: Canal de São Roque, Aveiro.

[QUADRO XIV]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
João Pereira Campos	Industrial	Gerente	12 000\$00	100

ADAVR, not. Pinheiro e Silva, liv. 45, fls. 17 v.º-21 v.º

FÁBRICA DE CERÂMICA E SERRAÇÃO DAS QUINTÃS
30 de Agosto de 1913

Firma: Duarte Tavares Lebre & Companhia.

Sociedade: «sociedade comercial em nome colectivo».

Objecto: «fabricação de telhas tipo Marselha e produtos correlativos».

Capital: 12 000\$00.

Sede: Lugar de Quintãs, freguesia de Oliveirinha, Aveiro.

[QUADRO XVI]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Percentagem
Dr. Amadeu Tavares da Silva . .	Advogado . . .	Gerente	2 000\$00	16,6
Dr. Abílio Tavares Justica . . .	Médico	—	2 000\$00	16,6
Dr. António Tavares Lebre . . .	Veterinário . . .	—	2 000\$00	16,6
Basílio Tavares Lebre	Proprietário . .	—	2 000\$00	16,6
Carlos Tavares Lebre	Proprietário . .	—	2 000\$00	16,6
Duarte Tavares Lebre	Proprietário . .	Director técnico . .	2 000\$00	16,6

ADAVR, not. Pinheiro e Silva, liv. 45, fls. 1-4.

EMPRESA CERÂMICA VOUGA

9 de Setembro de 1920

Firma: Empresa Cerâmica Vouga, Limitada.

Sociedade: «sociedade por quotas».

Objecto: «indústria e comércio de artigos de cerâmica e materiais de construção».

Capital: 251 000\$00 (a).

Sede: Rua José Estêvão, Aveiro.

[QUADRO XVI]

Sócios	Profissões	Funções	Quotas	Porcentagem
Carlos Gomes Teixeira	Oficial do exército .	Director-gerente	50 000\$00	19,92
Albino Pinto de Miranda	Negociante	—	30 000\$00	11,95
Anselmo Ferreira	Negociante	—	20 000\$00	7,97
Dr. António M. C. Marques da Costa (b).	Médico	—	10 000\$00	3,98
Dr. António Fernandes Duarte Silva.	Advogado	—	10 000\$00	3,98
Aristides Augusto T. Ferreira	Oficial do exército reformado.	—	10 000\$00	3,98
Francisco Lopes Gama, L. ^{da}	—	—	10 000\$00	3,98
Dr. João Marques Vidal (b).	Juiz do Supremo Tribunal Administrativo.	—	10 000\$00	3,98
Dr. Manuel Marques Vidal (c). . . .	Médico	—	10 000\$00	3,98
José Maria Lopes de Figueiredo . .	Lavrador	—	6 000\$00	2,39
Alfredo Ferreira Esteves	Negociante	—	5 000\$00	1,99
Henrique dos Santos Rato	Negociante	—	5 000\$00	1,99
Manuel Barreiros de Macedo	Negociante	—	5 000\$00	1,99
Dr. José Maria Soares	Médico	—	5 000\$00	1,99
Fernando Emílio Pereira de Vilhena (b).	Negociante	—	5 000\$00	1,99
António da Cruz Bento Júnior . . .	Negociante	—	5 000\$00	1,99
António Pereira da Luz	Proprietário	—	5 000\$00	1,99
Dr. André dos Reis	Advogado	—	5 000\$00	1,99
Luís da Silva Marques	Empregado público .	—	5 000\$00	1,99
Manuel Fernandes Rangel	Negociante	—	5 000\$00	1,99
José Ribeiro da Costa Júnior (b). .	Oficial do exército .	—	5 000\$00	1,99
Carlos Alberto Vences (b).	Negociante	—	5 000\$00	1,99
João Contento Vences (b).	Proprietário	—	5 000\$00	1,99
Manuel Maria Moreira	Negociante	—	5 000\$00	1,99
Adriano Joaquim de Carvalho . .	Oficial do exército .	—	5 000\$00	1,99
Joaquim da Silva Geraldo (c). . .	Oficial do exército .	—	5 000\$00	1,99
Adelaide R. Marques da Cunha .	Proprietária	—	5 000\$00	1,99

(a) «Acham-se realizados 40% das quotas, à excepção da de Anselmo Ferreira.

(b) Moradores em Lisboa.

(c) Morador em Águeda.

(d) Morador em Alquerubim, Albergaria-a-Velha (ADAVR, not. Magalhães, liv. 521-97, fls. 49-50 v.º, e liv. 522-98, fls. 1-6; ARPA, *Matricula das sociedades*, liv. E-2, registo n.º 86).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes de arquivo

ADAVR — Arquivo Distrital de Aveiro

Aveiro, not. Arnaldo A. Á. Fortuna, livs. 701-62, 723-84.
Aveiro, not. Adelino A. S. Fonseca Leal, livs. 1674-A9, 1675-10, 1678-A13, 1688-23, 1696-31, 1698-33, 1699-34.
Aveiro, not. A. D. Pinheiro e Silva, livs. 1082-9, 1099-26, 1118-45, 1125-52, 1127-54, 1128-55, 1134-61, 1143-70.
Aveiro, not. André dos Reis, livs. 1427-67, 1428-68, 1433-73.
Aveiro, not. António A. Duarte e Silva, livs. 1034-127, 1042-135, 1075-2, 1077-4.
Aveiro, not. F. Marques da Silva, livs. 782-143, 826-187, 828-189, 841-96, 881-242, 886-247.
Aveiro, not. Fernando R. Nogueira, liv. 455-31.
Aveiro, not. J. Simões Peixinho, livs. 1244-17, 1264-37, 1448-88.
Aveiro, not. J. Leite Ribeiro, liv. 978-71.
Aveiro, not. M. Cação Gaspar, livs. 1212-32, 1214-34.
Aveiro, not. Silvério A. Barbosa de Magalhães, livs. 532-108, 533-109, 548-124.
Oliveira do Bairro, not. Pinto, liv. 164-14.
Núcleo do Governo Civil, *Passaportes*, 1915.

AHMA — Arquivo Histórico e Municipal de Aveiro

Actas da administração do concelho de Aveiro, liv. 44.
Actas da Câmara Municipal de Aveiro, livs. 22, 23, 29.
Actas da comissão executiva municipal, liv. 202.
Documentos de despesa, livs. 374-380.
Livro dos requerimento enviados à Câmara, liv. 1700.
Pasta contendo officios diversos, liv. 72.
Registo de alvarás, diplomas, cartas e licenças, liv. 159.
Relação dos maiores contribuintes do concelho de Aveiro em contribuição industrial, no anno de 1897, liv. 726.

ACRCA — Arquivo da Conservatória do Registo Civil de Aveiro

GLÓRIA, *Casamentos*, 1894, 1908.
VERA CRUZ, *Óbitos*, 1896.
VERA CRUZ, *Casamentos*, 1905.

AESJE — Arquivo da Escola Secundária José Estêvão

Livro de exames de instrução primaria feitos por portarias especiaes para empregos publicos e em epocas extraordinarias ou habilitação para pilotagem, 1886-1896.
Livro de exames de oratória, poética e literatura clássica, liv. 2.

AESNI — Arquivo da Escola Secundária n.º 1

Livro de matriculas, 1894.
Livro de pessoal. Termos de posse.

AFCQ — Arquivo da Fábrica de Cerâmica de Quintãs

Livro de actas, 1913-1936.

Balanços, 1915-1975.

AFJPCF — Arquivo das Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos

Livro de actas, 1912.

Livro de actas da assembleia geral. 1923-1964.

La revue des matériaux de construction et de travaux publics.

APFGT — Arquivo particular da família Gomes Teixeira

Livro de actas da Empresa Cerâmica Vouga, 1921-1927.

ASRA — Arquivo da Sociedade Recreio Artístico

Livro de actas da assembleia geral, 1896-1917.

ATA — Arquivo do Tribunal de Aveiro

Processo de verificação de créditos na fallencia da Empresa Ceramica Mello Guimarães, 1908, maço n.º 27.

Fontes impressas

ABC, Revista Portuguesa, n.º 519, 26 de Junho de 1930.

[ALELUIA, Carlos], *História da Fábrica Aleluia, 1905-1955*, Aveiro, 1955.

Almanak Aveirense, 1898.

Annuário da Cidade de Aveiro, 1891.

Estatutos da Nova Sociedade d'Instrução e Recreio Grémio Aveirense, Aveiro, 1884.

AZEVEDO, Correia de, *Grandes figuras do trabalho*, vol. I, s. l., s. d.

CABIDO, Aníbal Gomes, «Chorographia industrial do concelho de Aveiro. Monographia estatística», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 60, 1911, Lisboa, Imprensa Nacional.

Boletim da Associação Comercial e Industrial de Aveiro, 1933.

GOMES, João Augusto Marques, «Ceramica aveirense. 1487-1922», in *Campeão das Províncias*, n.ºs 6798-6799, 17-24 de Junho de 1922.

Gomes, João Augusto Marques, *Aveirenses que morreram, soffreram e combateram pela liberdade*, Aveiro, 1909.

Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visita ás fabricas, Lisboa, 1881.

Inquerito Industrial de 1890. Industrias fabris e manufactureiras. (Inquerito de gabinete), Lisboa, 1891, vol. III.

Jornal de Notícias, 7 de Março de 1945.

TEMUDO, Fortunato Augusto Freire, *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2.ª Circunscripção dos Serviços Technicos da Industria*, Lisboa, 1905.

«Relação dos governadores civis do Distrito de Aveiro, desde 1864 à actualidade», in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, p. 75-77.

Relatório da Comissão Installadora do Clube dos Gallitos. Exercício de 1904 a 1905, Aveiro, 1906.

Syndicato Agrícola do Districto de Aveiro, Aveiro, 1903.

VASCONCELOS, Joaquim de, *Cerâmica Portuguesa*, Porto, 1884.

Imprensa local

(CP) *Campeão das Províncias*, n.º 4780 (8 de Junho de 1898), n.º 4948 (27 de Janeiro de 1900), n.º 4951 (7 de Fevereiro de 1900), n.º (20 de Março de 1901), n.º 97 (29 de Janeiro de 1902), n.º 16 (12 de Abril de 1902), n.º (21 de Janeiro de 1903), n.º 5240 (5 de Maio de 1903), n.º 5248 (6 de Junho de 1903), n.º 5274 (27 de Fevereiro de 1903), n.º 5290 (31 de Outubro de 1903), n.º 5606 (30 de Dezembro de 1903), n.º 5643 (17 de Abril de 1907), n.º 6671 (3 de Janeiro de 1920), n.º (21 de Janeiro de 1903), n.º (27 de Fevereiro de 1904), n.º 6703 (14 de Agosto de 1920), n.º (25 de Setembro de 1920), n.º 6855 (4 de Agosto de 1923).

(CA) *Correio de Aveiro*, n.º 49 (22 de Janeiro de 1911).

(CV) *Correio do Vouga*, n.º (17 de Julho de 1937).

(OA) *Aveirense (O)*, n.º (10 de Outubro de 1909).

(OD) *Democrata (O)*, n.º 29 (5 de Agosto de 1908), n.º 49 (14 de Setembro de 1917), n.º 328 (26 de Junho de 1914), n.º 349 (18 de Dezembro de 1914), n.º 349 (18 de Dezembro de 1914), n.º 350 (25 de Dezembro de 1914), n.º 351 (1 de Janeiro de 1915), n.º 353 (15 de Janeiro de 1915), n.º 703 (14 de Agosto de 1920), n.º 713 (25 de Setembro de 1920), n.º 728 (3 de Junho de 1923), n.º (9 de Junho de 1923), n.º (29 de Março de 1924), n.º (13 de Março de 1926), n.º (23 de Outubro de 1926), n.º 985 (16 de Julho de 1927), n.º (21 de Dezembro de 1929), n.º 1112 (1 de Fevereiro de 1930), n.º 1132 (5 de Julho de 1930), n.º 1483 (17 de Julho de 1937), n.º 1941 (11 de Setembro de 1937), n.º 1492 (18 de Setembro de 1937).

(DA) *Districto de Aveiro*, n.º 3716 (4 de Junho de 1908).

(OPA) *Povo de Aveiro (O)*, n.º 4 (19 de Fevereiro de 1882), n.º 107 (10 de Fevereiro de 1884), n.º 143 (19 de Outubro de 1884), n.º 1020 (1 de Novembro de 1903), n.º 1032 (24 de Janeiro de 1904), n.º 1038 (6 de Março de 1904).

(OP) *Progresso (O)*, n.º 25 (21 de Julho de 1913).

(ORV) *Riso do Vouga (O)*, n.º 70 (30 de Março de 1916).

(V) *Vitalidade*, n.º 454 (24 de Dezembro de 1903), n.º 486 (6 de Agosto de 1904), n.º 515 (25 de Fevereiro de 1905), n.º 530 (10 de Junho de 1905), n.º 565 (10 de Fevereiro de 1906), n.º 661 (14 de Dezembro de 1907), n.º (5 de Setembro de 1908), n.º 696 (15 de Agosto de 1908), n.º 701 (5 de Setembro de 1908).

Fontes orais

Sr. Adelino Laranjeira, Dr. Albano da Conceição, Sr. Arquitecto Anselmo Gomes Teixeira, Sr. Fausto Ferreira, Sr. Fernando Tavares Lebre, Sr. José Luís Soares, Sr. Ilídio Vitória, D. Maria do Carmo Pereira Campos.

Bibliografia geral

AMORIM, Inês (1995), «A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das olarias à fábrica de louça fina», comunicação apresentada ao I Encontro de História Empresarial, Évora.

BAROSA, José Pedro (1996), *Os Burnay no Vidro, ou Um Monopólio Que não Chegou a Existir*, Marinha Grande, Museu Santos Barosa da Fabrica do Vidro, col. «Estudos e documentos», n.º 1.

BARROS, Rui (1995), *Município de Aveiro. 1893-1993. 100 Anos na Sua História*, Aveiro, ed. Câmara Municipal de Aveiro.

- BRAGA, Amílcar Manuel de Oliveira (1995), «Aveiro em 1847-1848 segundo um relatório do governo civil», in *Estudos Aveirenses*, n.º 5, pp. 191-206.
- CABRERA, Mercedes, e REY, Fernando del (1994), «Entre la condena y el olvido. Los empresarios y sus organizaciones en la historiografía española», in J. História Andreu e J. L. García Ruiz (compiladores), *Lecturas de Historia Empresarial*, Madrid, Editorial Civitas.
- CARDOSO, José Luís, BRITO, José Maria Brandão de, MENDES, Fernando Ribeiro, e RODRIGUES, Maria de Lurdes (1990), *Empresários e Gestores da Indústria em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990.
- DUMAS, Jean (1992), «Entre distinction et reconnaissance: les élites locales», in Sylvie Guillaume (coord.), *Les Élites fins de siècles XIX^e-XX^e siècles*, s. l., Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, pp. 13-18.
- FRANCO, António Sousa (1993), «As finanças públicas na I República: a continuidade das finanças débeis», in João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Ediclube, pp. 211-247.
- GALLO, Miguel Angel, e RIBEIRO, Vítor Sevilhano (1995), *Gestão das Empresas Familiares*, Lisboa, Iberconsult.
- GUERREIRO, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial*, Oeiras, Celta Editora.
- JENNINGS, Reg, COX, Charles, e COOPER, Cary L. (1994), *Business Elites. The Psychology of Entrepreneurs and Intrapreneurs*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- KLEP, Paul M. M. (1994), «Introdução», in *Entrepreneurship and the Transformation of the Economy (10th-20th Centuries). Essays in Honor of Herman Van der Wee*, Lovaina, Université Pers Leuven, pp. 59-79.
- LAINS, Pedro (1995), *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Lisboa, INCM.
- MATA, Eugénia, e VALÉRIO, Nuno (1994), *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Presença, col. «Fundamentos», n.º 3.
- MAYEUR, Jean-Marie (1992), «La prosopographie des élites: état de la question», in Sylvie Guillaume (coord.), *Les Élites fins de siècles. XIX^e-XX^e siècles*, s. l., Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, pp. 123-125.
- MENDES, José M. Amado (1992), «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», in *Análise Social*, XXVII (116-117) (2.º-3.º), pp. 357-365.
- REIS, Jaime (1993), «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», in *O Atraso Económico Português, 1850-1913*, Lisboa, INCM, pp. 157-180.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1990), «A indústria cerâmica em Aveiro (final do século XIX-início do século XX). Contribuição para o seu estudo», in *Revista Portuguesa de História*, vol. XXV, Coimbra.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1991), «A azulejaria aveirense, 1882-1942. Uma abordagem global», in *Boletim da Câmara Municipal de Aveiro*, n.º 17, pp. 29-38.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1993), «O ensino técnico e profissional em Aveiro, 1867-1893», in *Boletim Municipal de Aveiro*, n.ºs 21-22, pp. 25-48.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1994), «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense. 1888-1891», in *Estudos Aveirenses*, n.º 2, pp. 165-198.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1995), *A Dinastia Pereira Campos. Breve Esboço Prosopográfico*, Aveiro, IEFP.
- SOUSA, Fátima Halbritter de (1989), «Para uma abordagem sistemática da classe empresarial portuguesa», in *Economia e Gestão*, n.º 1, pp. 67-104.
- WILLIAMSON, Olivier E. (1994), «O aparecimento da mão visível. Implicações para a organização industrial», in Alfred D. Chandler, Jr. Herman Daems (orgs.), *Hierarquias de Gestão*, Oeiras, Celta Editora, pp. 167-184.